



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

EDITAL DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2026
SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº: 18301.006139/2025.02

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, torna público aos interessados que, na forma do Decreto nº 31.408-E, de 9/12/2021 e alterações, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025, do Decreto nº 34.223-E, de 24/04/2023, aplicando-se, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e subsidiariamente a Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica sob o Sistema de Registro de Preços, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Dia: 17 de junho de 2026
Horário: 09:30 (horário de Brasília/DF)
Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras
Código UASG: 926653

2.1. Este pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida;

2.2. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sites: www.gov.br/compras e <https://iteraima.rr.gov.br/> ou na sala da Comissão Setorial de Licitação e Contratos - COSLIC (antiga CPL) do ITERAIMA, localizado na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1861, Bairro Trinta e um de Março, CEP: 69.305-294, Boa Vista - RR, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30 às 13h30, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a Eventual Aquisição de equipamentos de geotecnologia compreendendo (Conjunto de Receptor GNSS (Tecnologia RTK) e Software; Drone com Sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT Modelo asa Fixa e Software; e Licenças Perpetuas de Software Especializado em Processamento Fotogramétrico), de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e do MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital;

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.3. O critério de julgamento adotado neste pregão será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações técnicas do objeto;

3.4. O Modo de disputa desta licitação será: aberto;

3.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, adotado neste pregão, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10% (zero virgula dez por cento por cento);

3.6. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) e Serviços (CATSER) do sistema eletrônico e as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e do MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II prevalecerão as especificações dos Anexos mencionados.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Será indicado a dotação orçamentária na formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme Art. 17, do DECRETO Nº 37.424-E, DE 19 DE MARÇO DE 2025.

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. São órgãos participantes deste pregão sob o Sistema de Registro de Preços:

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
01	Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA

5.2. As regras referentes ao órgão gerenciador e aos participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

6.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação:

7.1.1. Empresas que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, e que detenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

7.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema;

7.1.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

7.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#));

7.1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

7.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

7.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

7.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa descrita no subitem 4.9 do Termo de Referência (Anexo I) deste edital, baseada na natureza e complexidade do objeto;

7.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

7.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3. O impedimento de que trata o subitem 7.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 7.2.2 e 7.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.6. O disposto no 7.2.2 e 7.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.8. A vedação de que trata o subitem 7.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou

funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento descrito no subitem 3.3 deste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

8.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

8.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

8.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

8.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

8.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

8.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

8.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

8.8. A falsidade da declaração de que trata os subitens 8.3 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

8.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.12. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e seus anexos e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o subitem 13.1.4 deste edital;

8.13. Fica vedada a comunicação entre o pregoeiro e as

licitantes durante a fase de lances do pregão eletrônico, por meio de “Chat” ou procedimento similar, exceto quanto aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame, sendo permitido o contato destes antes e depois da referida fase através de “Chat”;

8.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 8.15, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto, conforme o caso;

9.1.2. Marca, Fabricante, Modelo / Versão, quando exigido no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante, modelo / versão e procedência, vinculam o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8. Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

9.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

9.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

9.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico e será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, na data e horário indicado neste edital;

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens no “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico;

10.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.1.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das

sanções previstas neste edital e seus anexos;

11.1.2. A desclassificação será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Iniciada a etapa competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, nos termos do disposto no subitem 12.7, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no subitem 3.3 deste Edital.

12.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

12.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o indicado no subitem 3.5 deste edital.

12.6. Observado o § 2º do Art. 21 da [IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#), o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de (15) quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34. da [IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#).

12.7. Neste pregão será adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

12.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22 da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. (§ 3º Art. 23, [IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#)).

12.7.5. Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

12.8. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme dispõe o § 2º do art. 22 da [IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#), da seguinte forma:

12.8.1. ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

12.8.2. ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.10. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

12.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. (artigo 21, § 4º, da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#))

12.12. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 12.11 deste edital, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa. (artigo 21, § 5º, da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#))

12.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

12.15. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.16. Em relação a itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicação do disposto nos arts. 44º e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

12.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.16.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.17. **Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;**

12.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

12.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

12.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

12.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.18.2. empresas brasileiras;

12.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** pela Administração.

13.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.1.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.1.6. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e no subitem 7.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) SICAF;

b) Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

d) Ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A11]

e) Ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>

14.2. As consultas previstas nas condições anteriores **serão realizadas em nome da licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força do art. **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

14.3. Caso conste na **Consulta de Situação do licitante** a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (**IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, caput**)

14.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (**IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §1º**).

14.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (**IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §2º**).

14.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

14.5. Caso atendidas as condições de participação, será

iniciado o procedimento de habilitação.

14.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 8.5 e 8.6 deste edital.

14.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

14.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. contiver vícios insanáveis;

14.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

14.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do **preço máximo aceitável unitário e global** definidos para a contratação;

14.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ([Art. 34 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#));

14.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

14.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.10. Erros no preenchimento da planilha de composição de custo, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha de composição de custo poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14.12. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro geral de pessoal do Governo do Estado de Roraima ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

15.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.8. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

15.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

15.9. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

15.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, caput).

15.10.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, parágrafo único).

15.11. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar no **nome da licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

15.12. Se a licitante for a matriz, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, os documentos mencionados deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. Quanto aos atestados de capacidade técnica, quando solicitados, poderão ser apresentados em nome da matriz e/ou filial;

15.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o art. 43 da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.13.1.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, **quando requerida pela licitante**, mediante apresentação de justificativa.

15.13.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.13.1 deste edital, implicará a decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme dispõe o art. 43, § 2º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de (02) duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.15. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 15.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até (02) duas horas, para:

15.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

15.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.16.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

15.16.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

15.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

15.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 15.14.1 deste edital.

15.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015).

15.21. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos, observado o disposto no subitem 15.7 deste edital:

15.20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.20.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.20.2. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.20.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.20.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus

administradores;

15.20.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.20.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.20.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.20.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.20.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.21. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.21.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.21.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.21.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.21.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.21.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.21.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.21.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.21.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.22.1. Deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.22.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

15.22.1.3. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

15.22.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).

15.22.1.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

15.22.1.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.22.1.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.22.1.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.22.1.8.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5%(cinco por

cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

15.22.1.8.2. Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

15.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.23.1. Os critérios a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes:

15.23.1.2. Apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos estabelecidos.

15.23.1.3. Entende-se por compatibilidade o fornecimento de no mínimo 30% (trinta por cento) em relação ao valor estimado do ITEM.

15.23.1.4. Para atendimento do exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

15.23.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.23.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada, no prazo estabelecido no subitem 13.1.4 deste edital, a contar da solicitação do pregoeiro, na forma descrita abaixo:

16.1.1. Constar a descrição detalhada do objeto, as informações similares à especificação do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, conforme exigido no item 9 deste edital;

16.1.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal;

16.1.3. Constar a Razão Social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa;

16.1.4. Constar a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento;

16.1.5. Constar os preços em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em numeral e o valor global em numeral e por extenso (art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), contendo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (exemplo: R\$ 0,00);

16.1.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

16.1.6. Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

16.1.7. Constar o **PRAZO DE GARANTIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO**:: Conforme descrito no subitem 4.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

16.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

16.3. A proposta enviada implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

17. DO RECURSO

17.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.4.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

17.4.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do Inciso II, art 165 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

17.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição

do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação **exclusivamente pelo endereço eletrônico** pregoeirositeraima@gmail.com;

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações descritas neste edital e seus anexos;

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.6. fraudar a licitação

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

18.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

18.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SicaF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. O objeto deste pregão será adjudicado pela autoridade superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior competente para homologação;

19.2. A homologação deste pregão caberá à autoridade superior competente do **Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA**;

19.3. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

20.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

20.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

20.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

20.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

20.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

20.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do órgão gerenciador e disponibilizado no **Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP** durante a vigência da ata de registro de preços, conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 37.424-E/25.

20.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme Art. 22 do Decreto nº 37.424-E/25.

20.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 21 do Decreto nº 37.424-E/25.

20.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

20.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

21.1.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme artigo 18, III, do Decreto nº 37.424-E/25.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme subitem 21.1.1 deste edital.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 29 e 30 do Decreto nº 37.424-E/25.

21.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do órgão gerenciador e disponibilizado

no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP durante a vigência da ata de registro de preços.

21.5. Havendo a desclassificação da proposta ou inabilitação de licitantes no decorrer do certame, estes não poderão compor o cadastro reserva, uma vez que já teve sua proposta desclassificada ou foi inabilitado.

21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: (Art. 21, parágrafo único, do Decreto nº 37.424-E/25).

21.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, **exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeirositeraima@gmail.com**;

22.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição a ser enviada **exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeirositeraima@gmail.com**;

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste edital e seus anexos;

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

22.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração, dentro do prazo estabelecido no subitem 22.2 deste item;

22.8. Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência do pregoeiro, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Termo de Referência, a petição poderá ser encaminhada ao órgão originário do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao órgão responder no prazo pré-estabelecido. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “sine-die”, até que os questionamentos sejam sanados;

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. A autoridade competente para homologar este procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado;

23.9.1. A anulação do pregão induz à do contrato;

23.9.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.10. É facultado ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;

23.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 418 de 15/01/2004;

23.12. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação/requerimento de documento” em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos;

23.13. A proposta e os documentos de habilitação exigidos neste edital e seus anexos, **caso sejam solicitados**, deverão ser

encaminhados, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, na forma **original** ou de acordo com o disposto na Lei nº 13.726, de 08/10/2018, ao Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, localizada na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1861, Bairro Trinta e um de Março, CEP: 69.305-294, Boa Vista-RR;

23.14. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos art. 55, § 1º da Lei 14.133 de 1º/04/2021.

23.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no sítio deste Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA (<https://iteraima.rr.gov.br/>).

23.17. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

23.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

23.19. Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerará prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica neste Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021;

23.20. Quaisquer informações complementares sobre este edital e seus anexos, poderão ser obtidas pelo e-mail pregoeirositeraima@gmail.com;

23.21. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima (www.imprensaoficial.rr.gov.br), no Diário Oficial da União (www.in.gov.br), quando se tratar de recursos federais, e divulgado em Jornal de grande circulação local, no sítio www.gov.br/compbras, no sítio deste Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA (<https://iteraima.rr.gov.br/>).

23.22. Aplica-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei nº 8.078 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, de 11/09/1990, e demais normas legais pertinentes;

23.23. As minutas deste edital foram elaboradas pela Comissão Setorial de Licitação e Contratos - COSLIC (antiga CPL), setor deste INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO RORAIMA - ITERAIMA, em estrita consonância com as regras definidas em seu Termo de Referência, cujo teor foi transcrito na íntegra no ANEXO I deste edital;

23.24. Ao Pregoeiro designado para conduzir este certame coube o ato de divulgação da abertura da sessão e sua consequente condução até a conclusão, e demais requisitos legalmente previstos nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021 e do art. 9º do Decreto Nº 37.424-E, DE 19 de março de 2025.

24. DOS ANEXOS

24.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

24.2. ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;

24.3. ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

24.4. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

24.5. ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

25. DO FORO

25.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da comarca de Boa Vista/RR

Boa Vista – RR, 29 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)
IONILSON SAMPAIO DE SOUZA
Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual Aquisição de equipamentos de geotecnologia compreendendo (Conjunto de Receptor GNSS (Tecnologia RTK) e Software; Drone com Sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT Modelo asa Fixa e Software; e Licenças Perpetuas de Software Especializado em Processamento Fotogramétrico), nos termos da tabela no anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de consumo de luxo, conforme Decreto nº 34.222-E, de 24 de abril de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar ep.(20857070), para os fins do disposto no inciso XIII do art.6º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato observará o exercício financeiro e a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme prevê o art. 105 da Lei 14.133/21, iniciando-se a partir da data da última assinatura;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, "necessidade da contratação" e "estimativa de quantidade para a contratação", do Estudo Técnico Preliminar, acostado no ep.(20857070) deste processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA/2025/2026, conforme ep. (19273692 e 21297472).

2.3. Fundamentação Jurídica.

2.3.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, mostra-se tecnicamente adequada, vantajosa e alinhada ao interesse público para a contratação pretendida, considerando as características, a forma de utilização e a dinâmica de demanda dos objetos a serem adquiridos.

2.3.1.1. Características do Objeto e Variabilidade da Demanda

2.3.1.1.1. O objeto do presente certame compreende a aquisição de equipamentos de geotecnologia de alta complexidade e elevado valor agregado, tais como: Conjunto de Receptor GNSS (tecnologia RTK) e Software; Drone com sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT – Modelo Asa Fixa e Software; e Licenças perpétuas de software especializado em processamento fotogramétrico.

2.3.1.1.2. Tais equipamentos destinam-se a atividades técnicas especializadas, como levantamentos topográficos, georreferenciamento, monitoramento territorial, regularização fundiária, fiscalização ambiental e planejamento territorial, cujas necessidades quantitativas e temporais não podem ser integralmente previstas no momento da licitação, em razão de: Dependência de demandas institucionais supervenientes; e Possibilidade de expansão ou adequação da infraestrutura tecnológica conforme a evolução das atividades finalísticas do órgão.

2.3.1.1.3. Dessa forma, resta caracterizada a impossibilidade de definição exata das quantidades a serem adquiridas, hipótese expressamente prevista na legislação como justificadora do SRP.

2.3.1.2. Vantajosidade Econômica e Eficiência Administrativa

2.3.1.2.1. A utilização do SRP permite que a Administração: Registre preços unitários competitivos, assegurados por meio de disputa ampla e transparente no pregão eletrônico; Realize contratações conforme a efetiva necessidade, evitando aquisições antecipadas, estoque ocioso ou imobilização indevida de recursos públicos; Reduza custos administrativos, ao evitar a realização de múltiplos processos licitatórios para objetos de mesma natureza; Mitigue riscos de defasagem tecnológica, especialmente relevantes no setor de geotecnologia, no qual há rápida evolução de equipamentos e softwares.

2.3.1.2.2. Além disso, o SRP possibilita que a Administração avalie a compatibilidade técnica e operacional entre os equipamentos adquiridos ao longo do tempo, assegurando padronização mínima e interoperabilidade dos sistemas.

2.3.1.3. Adequação ao Pregão Eletrônico

2.3.1.3.1. Os objetos licitados, embora tecnicamente especializados, possuem especificações usuais de mercado, passíveis de descrição objetiva no Termo de Referência, com critérios claros de desempenho, compatibilidade e funcionalidade, o que viabiliza sua contratação por meio de Pregão Eletrônico, conforme dispõe o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1.3.2. A conjugação do Pregão Eletrônico com o sistema de Registro de Preços amplia a competitividade, assegura transparência, e promove a seleção da proposta mais vantajosa, respeitando os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e planejamento.

2.3.1.4. Atendimento aos Requisitos Legais

2.3.1.4.1. A presente contratação enquadra-se nas hipóteses legais para adoção do SRP, uma vez que: Os bens a serem adquiridos são comuns, ainda que tecnicamente complexos, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos; Há necessidade de contratações futuras, conforme a demanda do órgão; e a Administração não se obriga à contratação integral do quantitativo estimado, preservando a flexibilidade administrativa.

2.3.1.4.2. Assim, a opção pelo SRP encontra respaldo na legislação, mostrando-se legal, eficiente e alinhada às boas práticas de governança pública.

2.3.1.5. Conclusão

2.3.1.5.1. Diante do exposto, resta tecnicamente justificada a adoção do Sistema de Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, para a aquisição de equipamentos e softwares de geotecnologia, por se tratar da solução que melhor atende às necessidades do órgão, assegura flexibilidade, racionaliza gastos públicos, reduz riscos operacionais e promove maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução tecnológica a ser adquirida pelo ITERAIMA deverá contemplar um conjunto integrado de equipamentos e softwares destinados ao mapeamento geoespacial, levantamento topográfico, monitoramento territorial e processamento de dados georreferenciados, de modo a atender às necessidades institucionais de análise, gestão e fiscalização de áreas urbanas e rurais no Estado de Roraima.

3.2. Equipamentos e Softwares:

3.2.1. Os equipamentos/softwares deverão ser novos, de primeiro uso, e está de acordo com as normas e exigências contidas neste Termo de Referência. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada, pois incumbe à Administração estipular os requisitos mínimos de segurança, qualidade e desempenho do objeto.

3.3. Garantia:

3.3.1. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o Item 1, e para os Itens de 2 a 5 garantia mínima de 12 (doze) meses.

3.3.2. Garantia de atualizações de software e suporte técnico remoto durante o período contratado.

3.3.3. Substituição ou reparo imediato de componentes com defeito de fabricação, sem custos adicionais para a Administração.

3.4. . Manutenção e Assistência Técnica:

3.4.1. Disponibilidade de rede autorizada de assistência técnica no Brasil, com prioridade para atendimento remoto e presencial em até 72 horas após abertura de chamado.

3.4.2. Inclusão de treinamento operacional e de manutenção preventiva para a equipe técnica do ITERAIMA.

3.5. Outras Exigências:

3.5.1. Treinamento e Capacitação: fornecimento de cursos presenciais e/ou remotos para manuseio dos equipamentos e manutenção básica dos equipamentos.

3.5.2. Documentação Técnica: entrega de manuais em português (ou inglês com tradução) dos equipamentos e softwares.

3.5.3. Entrega e Instalação: o fornecimento está incluindo instalação quando for o caso, configuração e testes de aceitação.

3.6. Da exigência de Amostra.

3.6.1. A exigência de amostras físicas para bens de alta complexidade e valor, como equipamentos topográficos e drones, ou para licenças de software, é considerada desnecessária e poderia, inclusive, restringir a competitividade, além de gerar custos adicionais e logística complexa para os licitantes e para a Administração.

3.7. Da indicação de Marcas ou Modelos:

3.7.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas (Receptores GNSS Trimble RTK R12 com coletor TSC5, Receptor GNSS Trimble DA2 Geo, Receptor Trimble Catalyst DA2, Correção Catalyst 60, Trimble Terraflex Starter, Drone Matrice 350 RTK com sensor lidar L2, DJI Mavic 3 Enterprise RTK, Drone senseFly eBee X PPK/RTK e Licenças de software especializado em processamento fotogramétrico Agisoft Metashape Professional Edition), em conformidade com o Anexo Ep. (19192051), contendo justificativa da área técnica.

3.7.2. A presente contratação contempla a aquisição de equipamentos do tipo drones e softwares especializados destinados à execução de atividades de levantamento geodésico, aerolevantamento e processamento de dados geoespaciais, demandando elevado grau de precisão técnica, confiabilidade operacional e compatibilidade tecnológica.

3.7.3. Nos termos do art. 41, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, é admitida a indicação de marca ou modelo como referência quando tal medida for necessária para melhor caracterização do objeto, desde que devidamente justificada. No caso em apreço, a área técnica demandante apresentou fundamentação específica no Termo de Referência, demonstrando que os modelos indicados atendem a requisitos técnicos mínimos indispensáveis ao pleno desempenho das atividades institucionais.

3.7.4. A indicação das marcas e modelos ocorre, portanto, como parâmetro de qualidade e desempenho, especialmente no que se refere a:

3.7.4.1. níveis de precisão e acurácia compatíveis com levantamentos georreferenciados;

3.7.4.2. integração com softwares de processamento e sistemas já utilizados pelo órgão;

3.7.4.3. confiabilidade dos sensores embarcados e estabilidade em operações aéreas;

3.7.4.4. suporte técnico especializado e disponibilidade de atualizações;

3.7.4.5. aderência às normas técnicas aplicáveis às atividades de georreferenciamento e aerolevantamento.

3.7.5. Importa destacar que a referência não possui caráter restritivo, sendo expressamente admitida a oferta de equipamentos e softwares equivalentes ou superiores, desde que atenda integralmente às especificações técnicas estabelecidas, preservando-se, assim, a competitividade do certame e o princípio da isonomia.

3.7.6. Dessa forma, a indicação encontra-se devidamente amparada na legislação vigente e visa assegurar a adequada definição do objeto, a padronização técnica necessária e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

3.8. Da vedação de utilização de marca/produto na execução contratual

3.8.1. Não se aplica.

3.9. Da exigência de carta de solidariedade:

3.9.1. A imposição da carta de solidariedade como requisito de habilitação ou mesmo de classificação representa uma barreira de entrada significativa para empresas distribuidoras e revendedoras, especialmente aquelas de menor porte ou que trabalham com múltiplos fabricantes, mas que não possuem acordos formais que incluam a emissão desse tipo de documento para fins de licitações. Tal restrição contraria diretamente o princípio da competitividade pública, basilar nas contratações, que busca selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração por meio da ampliação do universo de fornecedores potenciais. A não exigência da carta de solidariedade fomenta uma maior participação de empresas no certame, aumentando a probabilidade de obtenção de propostas em melhores termos de preço e condições comerciais.

3.10. Catálogos, encartes, folhetos técnicos ou "folders" dos materiais ofertados.

3.10.1. O licitante disponibilizará, quando solicitado pelo agente de contratação, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou "folders" dos materiais ofertados, devendo conter as

especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

3.10.1.1. O documento deverá ser traduzido para a língua portuguesa, quando estiver em língua estrangeira;

3.10.1.2. Havendo diversos modelos no documento, o licitante deverá identificar qual a marca/o modelo que está ofertando no certame licitatório para a equipe técnica indicada em TR analisar junto ao pregoeiro.

3.11. Garantia da contratação

3.11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos requisitos da contratação:

4.1. Natureza da contratação

4.1.1 A presente contratação trata-se de natureza comum, por ter padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.2. Identificação das necessidades de negócio

4.1.2.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso.

4.1.2.2. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequada a tais objetivos organizacionais, conforme quadro a seguir: a) Atender às demandas registradas nos Planos de Contratações Anuais (PCA) relacionadas à contratação de equipamentos e softwares; b) Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos; c) Padronizar as especificações, a forma de licenciamento e disposições contratuais de equipamentos e softwares deste Instituto;

4.1.3. Identificação das necessidades tecnológicas

4.1.3.1. As necessidades tecnológicas, também chamadas de requisitos da solução de tecnologia, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0) com adaptações, descrevem as características de uma solução que atenda aos requisitos do negócio. São desenvolvidos e definidos neste documento após a realização de uma Análise de Requisitos. Dentre tais requisitos da solução de tecnologia, são descritos:

4.1.3.2. os requisitos funcionais, aqueles que descrevem capacidades que a solução será capaz de executar em termos de comportamentos e operações ações ou respostas específicas de aplicativos ou componentes de tecnologia da informação;

4.1.3.3. os requisitos não funcionais, aqueles que capturam condições que não se relacionam diretamente ao comportamento ou funcionalidade da solução, mas descrevem condições ambientais sob as quais a solução deve permanecer efetiva, ou qualidades que os sistemas precisam possuir. Também são conhecidos como requisitos de qualidade ou suplementares. Podem incluir requisitos relacionados à capacidade, velocidade, segurança, disponibilidade, arquitetura da informação e apresentação da interface com o usuário; e,

4.1.3.4. os requisitos de transição, aqueles que descrevem capacidades que a solução deve possuir com o objetivo de facilitar a transição do estado atual da organização para um estado futuro desejado, mas que não serão mais necessárias uma vez concluída a transição. São diferenciados dos outros tipos de requisitos, porque são sempre temporários por natureza e porque não podem ser desenvolvidos até que ambas as soluções, a nova e a existente, sejam definidas.

4.1.4. Relativo aos requisitos legais

4.1.4.1. Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.4.2. Decreto nº 39.050-E, de 18 de agosto de 2025, que dispõe sobre a fase preparatória para a aquisição de bens e a contratação de serviços de qualquer natureza e, no que couber, para contratação de obras no âmbito dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

4.1.4.3. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; 3.2.4. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.1.4.4. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.2.1. A exigência de amostras físicas para bens de alta complexidade e valor, como equipamentos topográficos ou para licenças de software, é considerada desnecessária além de gerar custos adicionais e logística complexa para o licitante e para a Administração.

4.3. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.3.1. A indicação de marcas ou modelos observará estritamente o disposto no Anexo de Especificação dos Objetos, limitando-se aos parâmetros técnicos ali definidos, conforme ep. (19192051).

4.4. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.4.1. Não se aplica.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.5.1. Não se aplica.

4.6. CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS OU “FOLDERS” DOS MATERIAIS OFERTADOS:

4.6.1. O licitante disponibilizará, quando solicitado, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

I - O documento deverá ser traduzido para a língua portuguesa, quando estiver em língua estrangeira;

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.7.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.8. DA SUSTENTABILIDADE

4.8.1. O Contratado deverá estar plenamente adequado à legislação ambiental vigente e, preferencialmente, fazer uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado à sustentabilidade e providenciar o recolhimento, o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização, observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), legislações complementares e alterações supervenientes.

4.9. CONSÓRCIO

4.9.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas seguintes razões:

4.9.1.1. Fica vedada a participação de consórcios de empresas nesta contratação, considerando que o objeto envolve a aquisição de equipamentos e softwares geoespaciais integrados, cuja execução exige unidade de responsabilidade técnica e contratual quanto ao fornecimento, garantia, manutenção, suporte e assistência técnica. A admissão de consórcios poderia fragmentar essas responsabilidades, dificultando a gestão e a fiscalização contratual, além de aumentar riscos de conflitos entre consorciados. Assim, a vedação busca garantir maior eficiência, economicidade e segurança na execução contratual.

4.9.1.2. Dessa forma, a vedação visa resguardar o interesse público, promovendo maior segurança jurídica, eficiência na contratação e facilidade na gestão e fiscalização contratual.

4.10. SUBCONTRATAÇÃO

4.10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

Forma de Fornecimento

5.1.1. a entrega deverá ser efetuada mediante solicitação de fornecimento por escrito, formalizada pela contratante, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, a identificação e assinatura do responsável, sendo efetuada diretamente pelo órgão/entidade requisitante, e ainda acompanhada pela nota de empenho ou instrumento equivalente.

5.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega dentro do prazo previamente estipulado, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência ao prazo final de entrega, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Condições de Entrega

5.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte local e endereço: Avenida Capitão Júlio Bezerra, 1861, 31 de março, CEP: 69.305-294.

5.1.5. O local de entrega funciona de segunda à sexta, das 07:30h às 13:30h, exceto finais de semana e feriados.

5.1.6. A contratada obriga-se a entregar os itens em conformidade com as especificações descritas no anexo I deste TR, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações, desde que devidamente justificada e autorizada pela Administração.

5.1.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos itens licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.8. Os itens deverão ser entregues embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

5.1.9. A contratada obriga-se a entregar os bens acompanhados do manual do objeto conforme o caso, com uma versão em português sempre que possível, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.2. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.2.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, com as especificações constantes deste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

5.2.1.1. Para os fins do disposto no subitem 5.2.1, o termo sumário corresponde ao atesto no verso do documento fiscal ou equivalente.

5.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes do anexo I deste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.2.3. Os bens serão **recebidos definitivamente** pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante preenchimento de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.2.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

5.3. DA GARANTIA / DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO / DO PRAZO E CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.3.1. o prazo de garantia é aquele estabelecido na lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (código de defesa do consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

5.3.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses para o item 1 e no mínimo 12 (doze) meses para o restante dos itens, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.3.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.3.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3.13. Deverá ser oferecida assistência técnica autorizada local, ou caso não seja possível, os custos com deslocamento de técnicos e/ou dos equipamentos e/ou peças, deverão ser arcados pelo fornecedor ou fabricante, conforme o caso, por meio de obrigação solidária.

5.3.13.1. Os chamados de assistência técnica deverão ser atendidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e o problema solucionado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da autorização para realização dos serviços, emitida pelo Contratante, salvo casos excepcionais submetidos à apreciação da Administração Pública.

5.3.13.2. Caso não seja dada solução no prazo estipulado, a empresa deverá substituir, às suas custas, o equipamento que estiver com defeito, por equipamento com características iguais ou superiores, até que seja dada solução definitiva ao atendimento.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com o contrato e anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº14.133, de 2021;

6.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.9.1. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

6.1.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, do art.137, da Lei nº14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

6.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

6.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.2.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.2.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

6.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.2.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.2.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021)

6.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.2.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.5.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.3. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas o controle do encerramento da vigência da ata/contrato e das garantias

7.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham

justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os prazos de entrega ou recebimento do objeto será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.10.1. Após a assinatura do contrato ou envio da nota de empenho, a Administração poderá convocar a Contratada para uma reunião inicial de alinhamento. O objetivo será a apresentação das rotinas de fiscalização, detalhamento das obrigações contratuais, definição dos fluxos de entrega e aceite, e esclarecimentos sobre as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

7.10.2. Da reunião mencionada no item anterior, será lavrada ata assinada pelas partes, a qual integrará o processo de acompanhamento e servirá como registro do plano de execução acordado para o objeto.

7.10.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. LIQUIDAÇÃO:

8.1.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2. PRAZO DE PAGAMENTO:

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

8.3. FORMA DE PAGAMENTO:

8.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.2. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.5. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

8.4. REAJUSTE:

8.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.4.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, adotando-se o sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. HABILITAÇÃO:

9.2.1. Habilitação jurídica

9.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

9.2.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).

9.2.3.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.2.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.2.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.2.3.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.2.3.7.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 5%(cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

9.2.3.7.2. Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

9.2.4.4. HABILITAÇÃO: Os critérios de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes:

9.2.4.1. Apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos estabelecidos.

9.2.4.2. Entende-se por compatibilidade o fornecimento de no mínimo 30% (trinta por cento) em relação ao valor estimado do ITEM.

9.2.4.3. Para atendimento do exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

9.2.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.2.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.932.933,84 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil novecentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos)** conforme custos unitários apostos na planilha do orçamento estimado Ep. (21281532).

11. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.1. Nos termos do art. 48, inciso I, da lei complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens da contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

11.2. Entretanto, no presente caso, o valor estimado da contratação ultrapassa significativamente esse limite, razão pela qual não se aplica a obrigatoriedade de exclusividade prevista no dispositivo legal supracitado.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Será indicado a dotação orçamentária na formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto nº 11.462 de 31/03/2023.

12.2. Elemento de despesa: 44.90.52

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As infrações e sanções administrativas aplicáveis à presente contratação serão as previstas em contrato.

13.2. O atraso superior a 150 (cento e cinquenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

Integrante requisitante:

Richard Anderson Silva Lopes

Diretor de Governança Fundiária Portaria Nº 205/2025

Jefferson Peixoto Gomes

Diretor de Serviços Fundiários/Portaria 524/2024

Jair Mota de Mesquita

Diretor de Gestão e Desenvolvimento Fundiário/Portaria 550/2025

Integrante Técnico:

Carlos André da Silva Teixeira

Gerente de Unidade/DIGOF/GADT/Portaria nº 353/2024

Helen Dalva Lima de Brito

Gerente de Unidade/Matricula nº 024900613

Área Administrativa

Ione Lisboa Santos

Luciléia Lima de Vasconcelos

Gerente de Logística em Exercício /Portaria nº 096/2020

Autorização da Autoridade Competente

APROVO o Termo de Referência que trata da eventual aquisição de equipamentos de geotecnologia compreendendo (Conjunto de Receptor GNSS (Tecnologia RTK) e Software; Drone com Sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT Modelo asa Fixa e Software; e Licenças Perpetuas de Software Especializado em Processamento Fotogramétrico), destinados a atender às necessidades deste órgão.

AUTORIZO a respectiva licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, adotando-se o sistema de registro de preços, com critério de julgamento do tipo menor preço.

Ionilson Sampaio de Souza

Presidente do ITERAIMA Decreto Nº 553-P/2025.

ANEXO I

Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	<p>CONJUNTO DE RECEPTOR GNSS (TECNOLOGIA RTK), CONTENDO:</p> <p>Equipamento:</p> <p>06 Receptor GNSS;</p> <p>04 Coletoras;</p> <p>03 tripes;</p> <p>03 Bases;</p> <p>03 adaptador com prumo;</p> <p>04 bastões altura min = 2,20m;</p> <p>04 suportes para coletora de dados Universal;</p> <p>12 baterias recarregáveis (exclusivo para modelos com bateria removível);</p> <p>06 carregadores duplo de bateria (exclusivo para modelos com bateria removível);</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>Receptores GNSS Trimble RTK R12 com coletor TSC5</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo de referência Trimble R12 com coletor TSC5 é indicado por apresentar alta precisão em tempo real (RTK) e por incorporar a tecnologia exclusiva Trimble ProPoint, que oferece melhor desempenho em ambientes com obstruções, sombreamento de satélites e multitrajeto – condições recorrentes nas atividades de georreferenciamento de imóveis rurais realizadas pelo ITERAIMA.</p> <p>A escolha também está fundamentada na interoperabilidade com os demais equipamentos e softwares já utilizados pelo Instituto, permitindo a manutenção da rastreabilidade, continuidade e padronização da base de dados geoespaciais sem necessidade de conversão ou adaptação de arquivos. O coletor TSC5, por sua vez, é compatível com o ecossistema Trimble e oferece interface amigável, robustez e processamento adequado ao uso de campo intensivo.</p> <p>- A aquisição de modelos de outras marcas implicaria em:</p> <p>- Perda de compatibilidade com o acervo já consolidado;</p> <p>- Aquisição de novos softwares e licenças;</p> <p>- Treinamentos técnicos adicionais;</p> <p>- Perda de produtividade e risco de falhas no processamento e compatibilização de dados.</p> <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>O receptor deverá, possuir tecnologia RTK (Posicionamento cinemático em tempo real (RTK)), Tecnologia de posicionamento para melhoria em exatidão e produtividade em condições adversas de GNSS/ Captação de sinais de dupla frequência a partir das constelações GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou / GLONASS L1, L2 / GPS mínimo GPS L1C/A, L2C L5; GLONASS L1C/A, L2C/A; BeiDou B1, B2A; Galileo E1, E5a / Deve possibilitar o posicionamento com precisão em tempo real via Ntrip e também via RTPPP (posicionamento por ponto preciso em tempo real) / o Receptor deve possuir as seguintes modalidades mínimas de comunicação de Tecnologia Bluetooth Integrada para V 4.2 e Possuir no mínimo a saída USB / Resiste a uma queda de 1,2 m / Incerteza de inclinação horizontal de bastão adicional tipicamente inferior a 10 mm + 0,7 mm/º inclinação / Deve ser a prova d'água e poeira / Taxa de posicionamento de 1 a 10 Hz.</p> <p>Coletora: possuir rastreamento de satélites: GPS/BDS/Glonass/Galileo / O sistema deverá vir acompanhado de um coletor de dados com sistema operacional Android 10 ou superior / memória mínima: 32 g ou superior, e mínimo de 3 g de RAM, comunicação Wi-fi, bluetooth, teclado alfa numérico.</p>	Und.	01 Hardware	R\$ 403.740,00	R\$ 403.740,00

<p>TREINAMENTO: Treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>				
<p>CONJUNTO DE SOFTWARES:</p> <p>04 Licenças para coletora;</p> <p>03 Licenças de pós - processamento;</p> <p>Licença de Uso de Software de Coleta de Dados Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Coleta de dados, do mesmo fabricante dos Receptores GNSS, garantindo assim a total compatibilidade do sistema.</p> <p>Licença de Uso de Software de pós-processamento e tratamento de dados: Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Pós Processamento de dados compatível com o equipamento, o sistema deve rodar em computadores pessoais de 32-bit ou 64- bit – nas plataformas Windows , Que no mesmo software seja possível, importar dados, realizar configurações, pós-processar dados, realizar ajustamento de redes, visualizar graficamente todos os pontos, linhas e áreas coletadas em campo e exportar dados para outros formatos, O mesmo software deve possibilitar futuros upgrades para adquirir novas funções, de acordo com as necessidades do órgão, como por exemplo, trabalhar com nuvens densas de pontos e também fotogrametria.</p>	Und.	01 Software		
<p>DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Controle Inteligente;</p> <p>01 Carregador USB;</p> <p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Bateria Inteligente W;</p> <p>01 Hélice (sentido horário);</p> <p>01 Hélice (sentido anti-horário);</p> <p>02 Trem de pouso;</p> <p>01 Cobertura sobressalente do pino (par);</p> <p>02 Suporte da hélice sobressalente;</p> <p>04 Amortecedor do estabilizador sobressalente;</p> <p>01 Cabo USB (com duas entradas A);</p> <p>01 Placa de calibração do sistema visual ;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Cabo de segurança do Controle Inteligente ;</p> <p>01 Cobertura de borracha da porta (conjunto);</p> <p>01 Parafusos e ferramentas;</p> <p>01 Estação para bateria;</p> <p>01 Par de Hélice</p> <p>01 Estação inteligente de carregamento;</p> <p>01 Receptor de Sinais Base GNSS D-RTK;</p> <p>01 Tripé para Base D-RTK</p> <p>01 Câmera L2.</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:,</p> <p>Drone Matrice 350 RTK com sensor lidar L2</p> <p>Justificativa:</p> <p>A indicação do modelo Matrice 350 RTK com sensor Lidar L2 como referência atende à necessidade de modernização tecnológica do Instituto, sendo essencial para execução de levantamentos aerofotogramétricos de alta densidade e precisão em áreas de difícil acesso, como glebas rurais isoladas e zonas de vegetação densa.</p> <p>A solução oferece integração entre aerofotogrametria e escaneamento a laser (Lidar), com correção RTK em tempo real, permitindo produtividade elevada, coleta em voo único e resultados compatíveis com os softwares e receptores GNSS já utilizados pelo Instituto.</p> <p>A utilização deste modelo garante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compatibilidade plena com os fluxos técnicos do ITERAIMA; - Interoperabilidade com dados geoespaciais existentes, sem necessidade de conversão; - Eficiência logística e técnica, com redução de tempo de campo e custos de operação. <p>A substituição por outras marcas implicaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade de dados; - Necessidade de novos softwares e treinamentos; - Risco de comprometimento da rastreabilidade e 	Und.	02 Hardware		

2	<p>padronização dos dados fundiários.</p> <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Dimensões mínima: 810x670x430 mm (CxLxA) / 430x420x430 mm (CxLxA) (Dobrável); Distância diagonal entre eixos: 895 milímetros; Precisão de posicionamento RTK : 1 cm + 1 ppm (horizontal)/ 1,5 cm + 1 ppm (vertical) /1 cm + 1 ppm (horizontal); Velocidade máx: Modo S: 23 m/s Modo P: 17 m/s ; Resistência máx. ao vento: 12 m/s; Tempo máximo de voo: 55 min; GNSS: GPS + GLONASS + BeiDou + Galileo; Controle remoto: Frequência de funcionamento: 2,4000-2,4835 GHz 5,725 a 5,850 GHz / Bateria integrada: Tipo: bateria de íons de lítio (6500 mAh a 7,2 V; Bateria de voo: 5880 mAh / Voltagem : 44,76 V /Tipo de bateria: Ion de lítio; Sistema Visual: Alcance de detecção de obstáculos Frontal/traseiro/esquerdo/direito: 0,7 a 40 m Superior/inferior: 0,6 a 30 m /; Câmera: Câmera FPV de visão noturna; Deve permitir mapeamento com RGB; Transmissão de vídeo: Sistema de transmissão de vídeo, 4 antenas de transmissão de vídeo, 2T4R Distância máxima de transmissão (desobstruída, livre de interferências) - 20 km (FCC) - 8 km (CE/SRRC/MIC) Distância máxima de transmissão (com interferência) - Baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0-0,5 km - Baixa interferência e obstruída por árvores: aprox. 0,5-3 km - Interferência Forte e Desobstruída: paisagem urbana, aprox. 1,5-3 km - Média Interferência e Desobstruída: paisagem suburbana, aprox. 3-9 km - Baixa interferência e desobstruída: subúrbio/litoral, aprox. 9-20 km ; Câmera FPV Resolução: 1080p Campo de visão: 142° Taxa de quadros; 30 fps; Sensor Lidar Zenmuse L2 Dimensões: 155x128x176 mm (CxLxA); Lidar: Precisão de alcance (RMS 1σ): 2 cm a 150 m Medido em um ambiente de 25° C (77° F) com um objeto com 80% de refletividade a uma distância de 150 m. O ambiente real pode ser diferente do ambiente de teste; Comprimento de onda do laser: 905 nm Tamanho do ponto do laser: Horizontal 4 cm, vertical 12 cm a 100 m (FWHM) Frequência de emissão de pulso de laser: Câmera de mapeamento RGB Sensor: 4/3 CMOS, pixels efetivos: 20 MP Lente: FOV - Formato 84° Equivalente: 24 mm - Abertura: f/2.8- f/11 - Pontos de foco: Sistema de detecção infravermelha Faixa de detecção de obstáculos: 0,1- 8m campo de visão: 30°.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teoria e prática) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>			R\$ 329.745,00	R\$ 659.490,00
	<p>Software Integrado ao DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Software:</p> <p>01 Licença perpétua para construção de modelos 3D</p> <p>Software: O software deve apresentar módulo para classificação de linhas de transmissão, com as seguintes características: - Classificar automaticamente nuvens de pontos de linhas/torres de energia; - Notificar todos os pontos de perigo que possam afetar a estrutura da linha; - Possibilitar a realização de análises de linhas de energia em tempo real; - Estabelecer bibliotecas de amostra de algoritmos de classificação baseados no aprendizado de máquina (Machine Learning), possibilitando classificar toda a extensão da linha baseada em uma pequena amostra; - Reproduzir o terreno, as formas de relevo e os recursos do solo no corredor da linha de transmissão com precisão e eficácia; - Possibilitar o gerenciamento dos dados de forma unificada e combinada com procedimentos operacionais relevantes da linha de transmissão para análise da travessia, barreiras de árvores, geologia, etc.</p>	Und.	02 Software		
	<p>DRONE MULTIMOTOR</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Módulo RTK para drone multiMotor;</p> <p>01 Tripé para base D-RTK;</p> <p>02 <u>Conjunto</u> com 3 baterias e um Hub de 3 slots;</p> <p>01 controle com tela integrada;</p> <p>01 Cabo de energia;</p> <p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Cabo USB-C - USB-C;</p> <p>01 Par de Hélices;</p> <p>01 Chave de fenda;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Guia de Início rápido (PT);</p> <p>01 Manual</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>DJI Mavic 3 Enterprise RTK</p>				


3	<p>Justificativa:</p> <p>O modelo DJI Mavic 3 Enterprise RTK é indicado como referência por apresentar características técnicas que garantem alta precisão geoespacial, portabilidade, tempo de voo superior a 40 minutos e integração com tecnologia RTK embarcada, possibilitando levantamentos topográficos de alta resolução sem a necessidade de pontos de controle em solo (GCPs) em diversas aplicações fundiárias.</p> <p>Sua adoção atende a critérios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eficiência operacional em campo; - Compatibilidade com fluxos de dados e softwares utilizados pelo ITERAIMA; - Agilidade nos levantamentos em áreas extensas e de difícil acesso, com custo reduzido por operação. <p>Além disso, o Mavic 3 Enterprise é amplamente consolidado no mercado nacional, com assistência técnica autorizada no Brasil, disponibilidade de peças e suporte, o que favorece a manutenção da continuidade operacional e a reposição célere em caso de avarias. O equipamento também é compatível com o software DJI Terra, entre outros sistemas de pós-processamento de uso institucional.</p> <p>A eventual aquisição de modelos de outras marcas resultaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade com os equipamentos GNSS e softwares de geoprocessamento já em uso; - Retrabalho na conversão de dados e reconfiguração de rotinas técnicas; - Necessidade de treinamentos adicionais e perda de produtividade da equipe técnica; - Potencial quebra de padronização da base de dados geoespacial. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Módulo RTK: Interface: Deve ser do mesmo fabricante e adequado ao modelo da aeronave; USB-C; Potência: Aproximadamente 1,2 W; Precisão de posicionamento RTK: RTK Fixo: Horizontal: 1 cm + 1 ppm; Vertical: 1,5 cm + 1 ppm; ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE: Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE : Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); CONTROLE: BATERIA: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCo02; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; CARREGADOR: Entrada: 100 a 240 V (energia CA); 50 a 60 Hz; 2,5 A; Potência de Saída: 100 W; Saída: Potência de entrada máxima 100 W (total); Deve possuir velocidade máxima de voo de 15/s; Tempo de voo de no mínimo de 45 minutos; Câmera: possuir sensor: Pixels efetivos: 12 MP. Formato equivalente: 162 mm Abertura: f/4.4 Foco: 3 m a ∞, Alcance ISO 100-6400, Formato de vídeo MP4 (MPEG-4 AVC/H.264), Resolução de vídeo H.264 4K: 3840x2160 a 30 fps FHD: 1920x1080 a 30 fps, 4K: 130 Mbps FHD: 70 Mbps; Transmissão de vídeo: Qualidade da transmissão ao vivo: Controle remoto: 1080p/30 fps; Frequência de funcionamento: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE: 8 km; SRRC: 8 km; MIC: 8 km; Distância máxima de transmissão (com obstruções): Interferência forte (por exemplo, edifícios densos, áreas residenciais): 1,5 a 3 km (FCC/CE/SRRC/MIC); Interferência média (áreas suburbanas, cidades, parques, etc): 3 a 9 km (FCC), 3 a 6 km (CE/SRRC/MIC); Interferência baixa (espaços ar ao livre, áreas remotas, etc): 9 a 15 km (FCC), 6 a 8 km (CE/SRRC/MIC); Velocidade máxima de download: 15 MB/s; Latência: Aproximadamente 200 ms; Antena: 4 antenas; Potência de transmissão (EIRP): 2,4 GHz: Controle: Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE/SRRC/MIC: 8 km; Frequência de funcionamento de transmissão de vídeo: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Antena: 4 antenas; Potência do transmissor de vídeo (EIRP): 2,4 GHz: Bateria: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCo02; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; Softwer integrado.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>	Und.	04 Hardware	R\$ 82.000,00	R\$ 328.000,00
	<p>VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>COMPONENTES:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado;</p> <p>01 carregador (Carrega/descarrega 1 Bateria);</p> <p>01 rádio USB 2.4 Ghz para estação de controle;</p>				


	02 baterias; 01 mochila compacta; 02 hélices extras; 01 kit com 10 elásticos para hélice; 01 tubo pitot sobressalente; 01 Cabo USB 01 Câmera com kit de integração Incluso: Treinamento; Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de Referência: Drone senseFly eBee X PPK/RTK Justificativa: O modelo senseFly eBee X PPK/RTK é indicado como referência por se tratar de um sistema de asa fixa de alta performance, ideal para MAPEAMENTO DE GRANDES ÁREAS, com autonomia de voo superior a 60 minutos, capacidade de cobertura de mais de 400 ha por voo e sensores intercambiáveis de alta resolução. A tecnologia PPK/RTK embarcada permite levantamentos com precisão centimétrica, reduzindo a dependência de pontos de controle em solo (GCPs) e aumentando a eficiência na coleta de dados geoespaciais. A escolha deste modelo se justifica pelos seguintes fatores técnicos e operacionais: - Interoperabilidade plena com softwares e receptores GNSS já utilizados pelo ITERAIMA; - Padronização de fluxo de trabalho técnico, evitando retrabalhos e conversões de dados; - Alta produtividade operacional, sendo especialmente útil em regiões de difícil acesso e com demanda de grandes áreas contínuas; - Compatibilidade com softwares, como Pix4Dmapper e Agisoft Metashape, otimizando o tempo de processamento. - A eventual substituição por equipamentos de outras marcas poderia ocasionar: - Incompatibilidades com bancos de dados geoespaciais já estruturados; - Necessidade de treinamento específico em novas plataformas; - Perda da rastreabilidade das medições fundiárias; - Aumento de custos operacionais e risco de ineficiência na gestão fundiária. DESCRIÇÃO: Equipamento portátil, de fácil montagem sem o uso de ferramentas; Lançamento totalmente manual, sem a utilização de outros acessórios como catapultas para lançamento ou similar; Capacidade de realizar voo totalmente autônomo, desde a decolagem até o pouso, seguindo um plano de voo pré-definido em software de controle de voo; Deve acompanhar uma câmera RGB (red/green/blue), com resolução de 20 MegaPixels ou superior; A câmera e o sensor devem ser, obrigatoriamente, do mesmo fabricante do equipamento, garantindo assim a total compatibilidade do sistema, além de garantir que ela tenha sido desenvolvida para a aplicação desejada; A câmera deve permitir georreferenciamento automática de cada imagem em voo; Autonomia mínima de 45 minutos de voo por bateria em condições normais especificadas pelo fabricante; Asas destacáveis; Possuir motor elétrico; Possuir velocidade de cruzeiro de 40 a 110 km/h; Deve possuir sistema de navegação por GPS integrado e sensor de movimentos nos 3 eixos; Possuir habilitação emissão da matrícula e CAER (Certificado de Aeronavegabilidade Especial para RPA); Envergadura máxima de 120 centímetros. Resistência a ventos de até 46 Km/h; Possuir tubo Pitot para medição de velocidade do vento e pressão; Possuir sensor para medição de altura que detecte o solo a distâncias inferiores a 30 metros; Deve ser capaz de realizar pousos com aproximação linear, com as seguintes características: Deve ser capaz de determinar a direção e velocidade do vento automaticamente; Deve permitir a configuração prévia de diferentes direções (opções) de pouso, sendo que o equipamento deverá escolher automaticamente a opção mais próxima da direção oposta à direção do vento, e pousar de forma automática; Deve possuir piloto automático integrado; Deve possuir rádio que transmita informações de voo em tempo real para controle em terra: nível de bateria em porcentagem e voltagem, distância do ponto de pouso, tempo de voo, tempo estipulado para retornar ao ponto de pouso, posição no mapa com coordenadas, nível do link de rádio, velocidade e direção do vento, horizonte virtual; dentre outros; Deve vir habilitado para trabalhar com posicionamento em tempo real RTK (real time kinematic) e também PPK (post processed kinematic). A precisão absoluta com RTK/PPK ativado deve ser de no mínimo de 2,5 centímetros. Realizar pouso de emergência caso detecte sinais de GPS fraco; Não serão aceitos equipamentos que para atender as solicitações técnicas do Edital, necessitem alterar peças ou placas, evitando assim dúvidas sobre as configurações do equipamento, assim como não serão aceitos equipamentos e softwares que necessitem de customizações ou adaptações para atenderem a presente especificação técnica. Também não serão aceitos protótipos, ou seja, na data do pregão e na data de entrega dos itens e softwares, os mesmos modelos ofertados no presente pregão devem fazer parte do portfólio				
4	Und.	02 Hardware	R\$206.846,20	R\$413.692,40	


<p>de produtos do(s) fabricante(s), estando estes mesmos modelos em linha de produção.</p> <p>Equipamentos que já estejam descontinuados pelo fabricante também não serão aceitos; A Empresa deve indicar Centro de Serviço Autorizado no Brasil; Todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema conforme descrito acima deverão vir acompanhados de 01 manual em mídia de CD ou DVD.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>				
<p>Software Integrado ao VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>01 licença de software perpétua para planejamento e monitoramento de voo.</p> <p>Quanto as características do Software: (Deve permitir a importação de arquivos KML Gerar plano de voo a partir do KML automaticamente; monitoramento em tempo real, informações de altitude, status de bateria)</p>	Und.	02 Software		
<p>LICENÇAS DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROCESSAMENTO FOTOGRAFÉTRICO:</p> <p>Modelo de Referência: Agisoft Metashape Professional Edition</p> <p>Justificativa:</p> <p>A escolha do modelo Agisoft Metashape Professional Edition como referência justifica-se pela necessidade de continuidade dos fluxos técnicos de processamento fotogramétrico de imagens obtidas por VANTS (drones), essenciais para a execução de atividades de georreferenciamento, regularização fundiária e planejamento territorial no ITERAIMA.</p> <p>O software é amplamente consolidado no mercado, sendo uma das plataformas mais robustas e estáveis para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estimativa de atividade item; - Geração de ortomosaicos georreferenciados; - Modelos digitais de elevação (MDE e MDT); - Nuvens de pontos densas; - Malhas texturizadas e curvas de nível de alta precisão. <p>Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integra-se plenamente aos sensores e drones utilizados pelo Instituto, como os modelos senseFly eBee X, DJI Mavic 3 - Enterprise e Matrice 350 RTK; - É compatível com sistemas GIS amplamente utilizados (QGIS, ArcGIS); - Permite automação de processos, uso de scripts Python e processamento em lote, ampliando a produtividade. <p>Licenciamento: Perpétua, para evitar dependência de pagamentos recorrentes e assegurando o uso contínuo sem custos adicionais.</p> <p>A substituição por outras plataformas implicaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação dos fluxos operacionais; - Treinamentos adicionais da equipe; - Risco de incompatibilidade com os arquivos legados; - Perda de produtividade e aumento do tempo de entrega de produtos técnicos. <p>O software deverá atender no mínimo as seguintes características: Resultados altamente precisos e detalhados; Fluxo de trabalho automatizado e intuitivo; Aceleração da GPU para processamento mais rápido; Processamento em rede para grandes projetos; Triangulação aérea de curto alcance; Alinhamento de imagem incremental; Geração e classificação em nuvem de pontos; Geração de ortofotomosaico; Geração de modelo digital de superfície (MDS) e geração de modelo digital de terreno (MDT); Edição da rede de triangulação irregular (TIN); Geração de curvas de nível e de curvas de superfície; Georreferenciamento usando registro de voo e/ou pontos de controle (GCP); Detecção automática de códigos e códigos não codificados; Suportar câmeras digitais/filme/vídeo e dados de equipamentos de câmera fixa; Processar imagens de câmeras quadro/fisheye/esféricas/cilíndricas; Compatibilidade com imagens digitais geradas pelas câmeras embarcadas nos principais drones disponíveis no mercado; Edição padrão poderosa para projetos artísticos; Compartilhamento via PDF (Portable Document Format) através da exportação de vídeo e upload direto para recursos on-line; Medições estereoscópicas para extração precisa de características; Medições de coordenadas/distância/área/volume; Processamento de imagens multiespectrais e cálculo do índice de vegetação; Reconstrução e texturização de modelos poligonais; Geração e visualização de modelos de azulejos hierárquicos; Reconstrução 4D para cenas dinâmicas; Gerar mosaico panorâmico esférico; Script incorporado em</p>				


5	<p>Python para automação de trabalho; Exportar os resultados em formatos digitais amplamente suportados; Suportar sistemas de coordenadas EPSG (European Petroleum Survey Group) e data(*) verticais configuráveis; Permitir a geração de modelos digitais de elevação (DEM) georreferenciado, excepcionalmente detalhados e modelos texturizados; Permitir aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Permitir a geração de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir a geração de mosaico de ortofotos georreferenciado; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aérea (RPA, VANT, Drone, etc.) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; O software deverá ter um ambiente intuitivo, de fácil manuseio e de fácil acesso às suas funcionalidades; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Permitir gerar ortofotos georreferenciadas de alta resolução (até 5 cm de precisão com GCP), DEMs excepcionalmente detalhados e modelos texturizados. O fluxo de trabalho totalmente automatizado deverá permitir inclusive a um não especialista processar imagens aéreas em um computador para produzir dados fotogramétricos de classe profissional; Permitir a realização de aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Gerar de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aéreas (RPA, VANT, Drone) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Possibilitar importação e exportação de dados geolocalizados nos formatos SHP (ESRI Shapefile), DNG (Digital Negative Image File), DXF (Drawing Exchange Format File), etc.; Suportar processamento em lote (Batch Processing) e à execução de scripts; Permitir o processamento de imagens com ou sem dados de geolocalização; No caso de imagens com geolocalização, deverá ser suficiente a indicação de dados posicionais obtidos a partir de GPS acoplado ao instrumento sensor (câmera) ou obtidos por instrumento externo; Processar imagens geolocalizadas, mesmo sem o fornecimento de parâmetros IMU (Inertial measurement units), sem alteração importante dos resultados; Permitir o uso de pontos de controle (GCP ou Ground Control Points), dando suporte à importação e criação por edição, possibilitando a execução de ajustes posicionais, resultado em maior acurácia espacial dos dados e modelos gerados; Gerar relatórios de qualidade/acurácia espacial dos dados e modelos, além de funcionalidades que permite o ajuste; Permitir processar imagens tomadas de qualquer tipo de câmera (ex. compactas, DSLR, câmeras de grande formato, captura de vídeo, etc.) com o uso de qualquer lente (ex. olho de peixe), obtidas a partir das mais diferentes plataformas (ex. terrestre, drones, helicópteros, aviões); Apresentar opção de configuração e ajuste de características da imagem, considerando informações do instrumento que a obteve (ex. características do modelo da câmera, lente utilizada, distância focal, etc.), posicionamento (latitude, longitude, altitude, sistema de coordenada), dentre outras informações eventualmente necessárias à boa obtenção de modelos especializados a partir de imagens ou que venham a aperfeiçoar os resultados; Ter a capacidade de processar imagens obtidas a partir de diferentes tipos de sensores (ex. RGB, NIR, RedEdge, Thermal) entre outros; Oferecer suporte ao gerenciamento/processamento de diferentes bandas de uma imagem, no caso de imagens geradas a partir de sensores multiespectrais; Permitir a geração de diferentes produtos a partir de dados primários (imagens aéreas múltiplas, GCPs), como mapas e modelos em 3D e 2D; Gerar modelos de superfície e de terreno (DTM/DSM/DEM), ortomosaicos, malhas texturizadas, nuvens de ponto e modelos de objetos em 3D (ex. prédios, construções) georreferenciados; Apresentar etapas prévias prioritariamente automáticas para a elaboração dos produtos gerados, a exemplo da identificação automática de pontos comuns entre as imagens (Match Points); Permitir a obtenção da localização de um ponto no espaço (coordenada x, y, z); Efetuar medidas de dimensões de uma feição e de distância entre feições, medida de área de uma feição, medida de volume de objetos determinados; Possibilitar a extração de curvas de nível; Permitir a observação do modelo a partir de diferentes ângulos de visada; Permitir navegação dinâmica ao longo do modelo gerado e produção de animações; Possibilitar o processamento de dados espectrais, sendo capaz de gerar valores de refletância e índices espectrais a partir dos dados obtidos pelos respectivos sensores; Apresentar ambiente para a finalização e exportação de produtos; Permitir modo de processamento rápido com resultados de menor acurácia, com o objetivo de verificação em campo; Permitir modo de processamento aperfeiçoado, processamento com máxima</p>	Und.	04 Hardware	R\$32.002,86	R\$128.011,44
---	--	------	-------------	--------------	---------------


capacidade do software a ser executado no escritório.				
GARANTIA: Garantia de no mínimo 12 meses de suporte técnico e atualizações gratuitas.				
Valor Total Estimado				R\$ 1.932.933,84


 Documento assinado eletronicamente por **Ione Lisboa Santos, Gerente de Projeto I**, em 26/02/2026, às 09:16, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

 Documento assinado eletronicamente por **Lucileia Lima de Vasconcelos, Gerente de Logística**, em 26/02/2026, às 09:17, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

 Documento assinado eletronicamente por **Ionilson Sampaio de Souza, Presidente**, em 26/02/2026, às 10:09, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

 Documento assinado eletronicamente por **Helen Dalva Lima de Brito, Gerente de Regularização Fundiária**, em 26/02/2026, às 10:17, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

 Documento assinado eletronicamente por **Richard Anderson Silva Lopes, Diretor de Governança Fundiária**, em 26/02/2026, às 11:15, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **21297912** e o código CRC **39F0915F**.

18301.006139/2025.02 21297912v19
Criado por 00026279223, versão 19 por 00026279223 em 26/02/2026 09:15:49.

ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA DEMANDA

Item	Und.	Qtd.	Valor Máximo Aceitável Unitário (R\$)	Valor Máximo Aceitável Total (R\$)
1	Und	1	403.740,00	403.740,00
2	Und	2	329.745,00	659.490,00
3	Und	4	82.000,00	328.000,00
4	Und	2	206.846,20	413.692,40
5	Und	4	32.002,86	128.011,44
Valor Máximo Aceitável Total			R\$ 1.932.933,84	

1.1. A descrição do(s) item(ns) está(ão) disposta(s) no MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital.

2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO

R\$ R\$ 1.932.933,84

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 18301.006139/2025.02	CNPJ
PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90001/2026	

ANEXO I

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	<p>CONJUNTO DE RECEPTOR GNSS (TECNOLOGIA RTK), CONTENDO:</p> <p>Equipamento:</p> <p>06 Receptor GNSS;</p> <p>04 Coletoras;</p> <p>03 tripes;</p> <p>03 Bases;</p> <p>03 adaptador com prumo;</p> <p>04 bastões altura min = 2,20m;</p> <p>04 suportes para coletora de dados Universal;</p> <p>12 baterias recarregáveis (exclusivo para modelos com bateria removível);</p> <p>06 carregadores duplo de bateria (exclusivo para modelos com bateria removível);</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>Receptores GNSS Trimble RTK R12 com coletor TSC5</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo de referência Trimble R12 com coletor TSC5 é indicado por apresentar alta precisão em tempo real (RTK) e por incorporar a tecnologia exclusiva Trimble ProPoint, que oferece melhor desempenho em ambientes com obstruções, sombreamento de satélites e multitrajeto – condições recorrentes nas atividades de georreferenciamento de imóveis rurais realizadas pelo ITERA/IMA.</p> <p>A escolha também está fundamentada na interoperabilidade com os demais equipamentos e softwares já utilizados pelo Instituto, permitindo a manutenção da rastreabilidade, continuidade e padronização da base de dados geospaciais sem necessidade de conversão ou adaptação de arquivos. O coletor TSC5, por sua vez, é compatível com o ecossistema Trimble e oferece interface amigável, robustez e processamento adequado ao uso de campo intensivo.</p> <ul style="list-style-type: none">- A aquisição de modelos de outras marcas implicaria em:- Perda de compatibilidade com o acervo já consolidado; <p>- Aquisição de novos softwares e licenças;</p> <ul style="list-style-type: none">- Treinamentos técnicos adicionais;- Perda de produtividade e risco de falhas no processamento e compatibilização de dados. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>O receptor deverá, possuir tecnologia RTK (Posicionamento cinemático em tempo real (RTK)), Tecnologia de posicionamento para melhoria em exatidão e produtividade em condições adversas de GNSS/ Captação de sinais de dupla frequência a partir das constelações GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou / GLONASS L1, L2 / GPS mínimo GPS L1C/A, L2C L5; GLONASS L1C/A, L2C/A; BeiDou B1, B2A; Galileo E1, E5a / Deve possibilitar o posicionamento com precisão em tempo real via Ntrip e também via RTPPP (posicionamento por ponto preciso em tempo real) / o Receptor deve possuir as seguintes modalidades mínimas de comunicação de Tecnologia Bluetooth Integrada para V 4.2 e Possuir no mínimo a saída USB / Resiste a uma queda de 1,2 m / Incerteza de inclinação horizontal de bastão adicional tipicamente inferior a 10 mm + 0,7 mm/° inclinação / Deve ser a prova d'água e poeira / Taxa de posicionamento de 1 a 10 Hz.</p> <p>Coletora: possuir rastreamento de satélites: GPS/BDS/Glonass/Galileo / O sistema deverá vir acompanhado de um coletor de dados com sistema operacional Android 10 ou superior / memória mínima: 32 g ou superior, e mínimo de 3 g de RAM, comunicação Wi-fi, bluetooth, teclado alfa numérico.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERA/IMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>					
	<p>CONJUNTO DE SOFTWARES:</p> <p>04 Licenças para coletora;</p> <p>03 Licenças de pós - processamento;</p> <p>Licença de Uso de Software de Coleta de Dados Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Coleta de dados, do mesmo fabricante dos Receptores GNSS, garantindo assim a total compatibilidade do sistema.</p> <p>Licença de Uso de Software de pós-processamento e tratamento de dados: Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Pós Processamento de dados compatível com o equipamento, o sistema deve rodar em computadores pessoais de 32-bit ou 64-bit – nas plataformas Windows , Que no mesmo software seja possível, importar dados, realizar configurações, pós-processar dados, realizar ajustamento de redes, visualizar graficamente todos os pontos, linhas e áreas coletadas em campo e exportar dados para outros formatos, O mesmo software deve possibilitar futuros upgrades para adquirir novas funções, de acordo com as necessidades do órgão, como por exemplo, trabalhar com nuvens densas de pontos e também fotogrametria.</p>					
	<p>DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Controle Inteligente;</p> <p>01 Carregador USB;</p>					

2	<p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Bateria Inteligente W;</p> <p>01 Hélice (sentido horário);</p> <p>01 Hélice (sentido anti-horário);</p> <p>02 Trem de pouso;</p> <p>01 Cobertura sobressalente do pino (par);</p> <p>02 Suporte da hélice sobressalente;</p> <p>04 Amortecedor do estabilizador sobressalente;</p> <p>01 Cabo USB (com duas entradas A);</p> <p>01 Placa de calibração do sistema visual ;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Cabo de segurança do Controle Inteligente ;</p> <p>01 Cobertura de borracha da porta (conjunto);</p> <p>01 Parafusos e ferramentas;</p> <p>01 Estação para bateria;</p> <p>01 Par de Hélice</p> <p>01 Estação inteligente de carregamento;</p> <p>01 Receptor de Sinais Base GNSS D-RTK;</p> <p>01 Tripé para Base D-RTK</p> <p>01 Câmera L2.</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:,</p> <p>Drone Matrice 350 RTK com sensor lidar L2</p> <p>Justificativa:</p> <p>A indicação do modelo Matrice 350 RTK com sensor Lidar L2 como referência atende à necessidade de modernização tecnológica do Instituto, sendo essencial para execução de levantamentos aerofotogramétricos de alta densidade e precisão em áreas de difícil acesso, como glebas rurais isoladas e zonas de vegetação densa.</p> <p>A solução oferece integração entre aerofotogrametria e escaneamento a laser (Lidar), com correção RTK em tempo real, permitindo produtividade elevada, coleta em voo único e resultados compatíveis com os softwares e receptores GNSS já utilizados pelo Instituto.</p> <p>A utilização deste modelo garante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compatibilidade plena com os fluxos técnicos do ITERAIMA; - Interoperabilidade com dados geoespaciais existentes, sem necessidade de conversão; - Eficiência logística e técnica, com redução de tempo de campo e custos de operação. <p>A substituição por outras marcas implicaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade de dados; - Necessidade de novos softwares e treinamentos; - Risco de comprometimento da rastreabilidade e padronização dos dados fundiários. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Dimensões mínima: 810×670×430 mm (C×L×A) / 430×420×430 mm (C×L×A) (Dobrável); Distância diagonal entre eixos: 895 milímetros; Precisão de posicionamento RTK : 1 cm + 1 ppm (horizontal)/ 1,5 cm + 1 ppm (vertical) /1 cm + 1 ppm (horizontal); Velocidade máx: Modo S: 23 m/s Modo P: 17 m/s ; Resistência máx. ao vento: 12 m/s; Tempo máximo de voo: 55 min; GNSS: GPS + GLONASS + BeiDou + Galileo; Controle remoto: Frequência de funcionamento: 2,4000-2,4835 GHz 5,725 a 5,850 GHz / Bateria integrada: Tipo: bateria de íons de lítio (6500 mAh a 7,2 V; Bateria de voo: 5880 mAh / Voltagem : 44,76 V /Tipo de bateria: Ion de lítio; Sistema Visual: Alcance de detecção de obstáculos Frontal/traseiro/esquerdo/direito: 0,7 a 40 m Superior/inferior: 0,6 a 30 m /; Câmera: Câmera FPV de visão noturna; Deve permitir mapeamento com RGB; Transmissão de vídeo: Sistema de transmissão de vídeo, 4 antenas de transmissão de vídeo, 2T4R Distância máxima de transmissão (desobstruída, livre de interferências) - 20 km (FCC) - 8 km (CE/SRRC/MIC) Distância máxima de transmissão (com interferência) - Baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0-0,5 km - Baixa interferência e obstruída por árvores: aprox. 0,5-3 km - Interferência Forte e Desobstruída: paisagem urbana, aprox. 1,5-3 km - Média Interferência e Desobstruída: paisagem suburbana, aprox. 3-9 km - Baixa interferência e desobstruída: subúrbio/litoral, aprox. 9-20 km ; Câmera FPV Resolução: 1080p Campo de visão: 142° Taxa de quadros: 30 fps; Sensor Lidar Zenmuse L2 Dimensões: 155×128×176 mm (C×L×A); Lidar: Precisão de alcance (RMS 1σ): 2 cm a 150 m Medido em um ambiente de 25° C (77° F) com um objeto com 80% de refletividade a uma distância de 150 m. O ambiente real pode ser diferente do ambiente de teste; Comprimento de onda do laser: 905 nm Tamanho do ponto do laser: Horizontal 4 cm, vertical 12 cm a 100 m (FWHM) Frequência de emissão de pulso de laser: Câmera de mapeamento RGB Sensor: 4/3 CMOS, pixels efefvovos: 20 MP Lente: F0V - Formato 84° Equivalente: 24 mm - Abertura: f/2.8- f/11 - Pontos de foco: Sistema de detecção infravermelha Faixa de detecção de obstáculos: 0,1- 8m campo de visão: 30°.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teoria e prática) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>					
	<p>Software Integrado ao DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Software:</p> <p>01 Licença perpétua para construção de modelos 3D</p> <p>Software: O software deve apresentar módulo para classificação de linhas de transmissão, com as seguintes características: - Classificar automaticamente nuvens de pontos de linhas/torres de energia; - Notificar todos os pontos de perigo que possam afetar a estrutura da linha; - Possibilitar a realização de análises de linhas de energia em tempo real; - Estabelecer bibliotecas de amostra de algoritmos de classificação baseados no aprendizado de máquina (Machine Learning), possibilitando classificar toda a extensão da linha baseada em uma pequena amostra; - Reproduzir o terreno, as formas de relevo e os recursos do solo no corredor da linha de transmissão com precisão e eficácia; - Possibilitar o gerenciamento dos dados de forma unificada e combinada com procedimentos operacionais relevantes da linha de transmissão para análise da travessia, barreiras de árvores, geologia, etc.</p>	Und.	02 Hardware			
	<p>DRONE MULTIMOTOR</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Módulo RTK para drone multiMotor;</p> <p>01 Tripé para base D-RTK;</p>	Und.	02 Software			

<p>02 Conjunto com 3 baterias e um Hub de 3 slots;</p> <p>01 controle com tela integrada;</p> <p>01 Cabo de energia;</p> <p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Cabo USB-C - USB-C;</p> <p>01 Par de Hélices;</p> <p>01 Chave de fenda;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Guia de Início rápido (PT);</p> <p>01 Manual</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>DJI Mavic 3 Enterprise RTK</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo DJI Mavic 3 Enterprise RTK é indicado como referência por apresentar características técnicas que garantem alta precisão geoespacial, portabilidade, tempo de voo superior a 40 minutos e integração com tecnologia RTK embarcada, possibilitando levantamentos topográficos de alta resolução sem a necessidade de pontos de controle em solo (GCPs) em diversas aplicações fundiárias.</p> <p>Sua adoção atende a critérios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eficiência operacional em campo; - Compatibilidade com fluxos de dados e softwares utilizados pelo ITERAIMA; - Agilidade nos levantamentos em áreas extensas e de difícil acesso, com custo reduzido por operação. <p>Além disso, o Mavic 3 Enterprise é amplamente consolidado no mercado nacional, com assistência técnica autorizada no Brasil, disponibilidade de peças e suporte, o que favorece a manutenção da continuidade operacional e a reposição celerem caso de avarias. O equipamento também é compatível com o software DJI Terra, entre outros sistemas de pós-processamento de uso institucional.</p> <p>A eventual aquisição de modelos de outras marcas resultaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade com os equipamentos GNSS e softwares de geoprocessamento já em uso; - Retrabalho na conversão de dados e reconfiguração de rotinas técnicas; - Necessidade de treinamentos adicionais e perda de produtividade da equipe técnica; - Potencial quebra de padronização da base de dados geoespacial. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Módulo RTK: Interface: Deve ser do mesmo fabricante e adequado ao modelo da aeronave; USB-C; Potência: Aproximadamente 1,2 W; Precisão de posicionamento RTK: RTK Fixo: Horizontal: 1 cm + 1 ppm; Vertical: 1,5 cm + 1 ppm; ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE: Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE : Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); CONTROLE: BATERIA: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCoO2; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; CARREGADOR: Entrada: 100 a 240 V (energia CA); 50 a 60 Hz; 2,5 A; Potência de saída: 100 W; Saída: Potência de entrada máxima 100 W (total); Deve possuir velocidade máxima de voo de 15/s; Tempo de voo de no mínimo de 45 minutos; Câmera: possuir sensor: Pixeis efetivos: 12 MP, Formato equivalente: 162 mm Abertura: f/4.4 Foco: 3 m a ∞, Alcance ISO 100- 6400, Formato de vídeo MP4 (MPEG-4 AVC/H.264), Resolução de vídeo H.264 4K: 3840x2160 a 30 fps FHD: 1920x1080 a 30 fps, 4K: 130 Mbps FHD: 70 Mbps; Transmissão de vídeo: Qualidade da transmissão ao vivo: Controle remoto: 1080p/30 fps; Frequência de funcionamento: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE: 8 km; SRRC: 8 km; MIC: 8 km; Distância máxima de transmissão (com obstruções): Interferência forte (por exemplo, edifícios densos, áreas residenciais): 1,5 a 3 km (FCC/CE/SRRC/MIC); Interferência média (áreas suburbanas, cidades, parques, etc): 3 a 9 km (FCC), 3 a 6 km (CE/SRRC/MIC); Interferência baixa (espaços ar ao livre, áreas remotas, etc): 9 a 15 km (FCC), 6 a 8 km (CE/SRRC/MIC); Velocidade máxima de download: 15 MB/s; Latência: Aproximadamente 200 ms; Antena: 4 antenas; Potência de transmissão (EIRP): 2,4 GHz: Controle: Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE/SRRC/MIC: 8 km; Frequência de funcionamento de transmissão de vídeo: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Antena: 4 antenas; Potência do transmissor de vídeo (EIRP): 2,4 GHz: Bateria: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCoO2; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; Softwer integrado.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>		Und.	04 Hardware	
<p>VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>COMPONENTES:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado;</p> <p>01 carregador (Carrega/descarrega 1 Bateria);</p> <p>01 rádio USB 2.4 Ghz para estação de controle;</p> <p>02 baterias;</p> <p>01 mochila compacta;</p> <p>02 hélices extras;</p> <p>01 kit com 10 elásticos para hélice;</p> <p>01 tubo pitot sobressalente;</p> <p>01 Cabo USB</p> <p>01 Câmera com kit de integração</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>Drone senseFly eBee X PPK/RTK</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo senseFly eBee X PPK/RTK é indicado como referência por se tratar de um sistema de asa fixa de alta performance, ideal para MAPEAMENTO DE GRANDES ÁREAS, com autonomia de voo superior a 60 minutos, capacidade de cobertura de mais de 400 ha por voo e sensores intercambiáveis de alta resolução. A</p>				

4	<p>tecnologia PPK/RTK embarcada permite levantamentos com precisão centimétrica, reduzindo a dependência de pontos de controle em solo (GCPs) e aumentando a eficiência na coleta de dados geoespaciais.</p> <p>A escolha deste modelo se justifica pelos seguintes fatores técnicos e operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interoperabilidade plena com softwares e receptores GNSS já utilizados pelo ITERAIMA; - Padronização de fluxo de trabalho técnico, evitando retrabalhos e conversões de dados; - Alta produtividade operacional, sendo especialmente útil em regiões de difícil acesso e com demanda de grandes áreas contínuas; - Compatibilidade com softwares, como Pix4Dmapper e Agisoft Metashape, otimizando o tempo de processamento. - A eventual substituição por equipamentos de outras marcas poderia ocasionar: - Incompatibilidades com bancos de dados geoespaciais já estruturados; - Necessidade de treinamento específico em novas plataformas; - Perda da rastreabilidade das medições fundiárias; - Aumento de custos operacionais e risco de ineficiência na gestão fundiária. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Equipamento portátil, de fácil montagem sem o uso de ferramentas; Lançamento totalmente manual, sem a utilização de outros acessórios como catapultas para lançamento ou similar; Capacidade de realizar voo totalmente autônomo, desde a decolagem até o pouso, seguindo um plano de voo pré-definido em software de controle de voo; Deve acompanhar uma câmera RGB (red/green/blue), com resolução de 20 MegaPixels ou superior; A câmera e o sensor devem ser, obrigatoriamente, do mesmo fabricante do equipamento, garantindo assim a total compatibilidade do sistema, além de garantir que ela tenha sido desenvolvida para a aplicação desejada; A câmera deve permitir georreferenciamento automática de cada imagem em voo; Autonomia mínima de 45 minutos de voo por bateria em condições normais especificadas pelo fabricante; Asas destacáveis; Possuir motor elétrico; Possuir velocidade de cruzeiro de 40 a 110 km/h; Deve possuir sistema de navegação por GPS integrado e sensor de movimentos nos 3 eixos; Possuir habilitação emissão da matrícula e CAER (Certificado de Aeronavegabilidade Especial para RPA); Envergadura máxima de 120 centímetros. Resistência a ventos de até 46 Km/h; Possuir tubo Pitot para medição de velocidade do vento e pressão; Possuir sensor para medição de altura que detecte o solo a distâncias inferiores a 30 metros; Deve ser capaz de realizar pousos com aproximação linear, com as seguintes características: Deve ser capaz de determinar a direção e velocidade do vento automaticamente; Deve permitir a configuração prévia de diferentes direções (opções) de pouso, sendo que o equipamento deverá escolher automaticamente a opção mais próxima da direção oposta à direção do vento, e pousar de forma automática; Deve possuir piloto automático integrado; Deve possuir rádio que transmita informações de voo em tempo real para controle em terra: nível de bateria em porcentagem e voltagem, distância do ponto de pouso, tempo de voo, tempo estipulado para retornar ao ponto de pouso, posição no mapa com coordenadas, nível do link de rádio, velocidade e direção do vento, horizonte virtual; dentre outros; Deve vir habilitado para trabalhar com posicionamento em tempo real RTK (real time kinematic) e também PPK (post processed kinematic). A precisão absoluta com RTK/PPK ativado deve ser de no mínimo de 2,5 centímetros. Realizar pouso de emergência caso detecte sinais de GPS fraco; Não serão aceitos equipamentos que para atender as solicitações técnicas do Edital, necessitem alterar peças ou placas, evitando assim dúvidas sobre as configurações do equipamento, assim como não serão aceitos equipamentos e softwares que necessitem de customizações ou adaptações para atenderem a presente especificação técnica. Também não serão aceitos protótipos, ou seja, na data do pregão e na data de entrega dos itens e softwares, os mesmos modelos ofertados no presente pregão devem fazer parte do portfólio de produtos do(s) fabricante(s), estando estes mesmos modelos em linha de produção. Equipamentos que já estejam descontinuados pelo fabricante também não serão aceitos; A Empresa deve indicar Centro de Serviço Autorizado no Brasil; Todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema conforme descrito acima deverão vir acompanhados de 01 manual em mídia de CD ou DVD.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>		Und.	02 Hardware
	<p>Software Integrado ao VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>01 licença de software perpétua para planejamento e monitoramento de voo.</p> <p>Quanto as características do Software: (Deve permitir a importação de arquivos KML Gerar plano de voo a partir do KML automaticamente; monitoramento em tempo real, informações de altitude, status de bateria)</p>		Und.	02 Software
	<p>LICENÇAS DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROCESSAMENTO FOTOGRAFÉTRICO:</p> <p>Modelo de Referência: Agisoft Metashape Professional Edition</p> <p>Justificativa:</p> <p>A escolha do modelo Agisoft Metashape Professional Edition como referência justifica-se pela necessidade de continuidade dos fluxos técnicos de processamento fotogramétrico de imagens obtidas por VANTS (drones), essenciais para a execução de atividades de georreferenciamento, regularização fundiária e planejamento territorial no ITERAIMA.</p> <p>O software é amplamente consolidado no mercado, sendo uma das plataformas mais robustas e estáveis para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estimativa de atividade item; - Geração de ortomosaicos georreferenciados; - Modelos digitais de elevação (MDE e MDT); - Nuvens de pontos densas; - Malhas texturizadas e curvas de nível de alta precisão. <p>Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integra-se plenamente aos sensores e drones utilizados pelo Instituto, como os modelos senseFly eBee X, DJI Mavic 3 - Enterprise e Matrice 350 RTK; - É compatível com sistemas GIS amplamente utilizados (QGIS, ArcGIS); - Permite automação de processos, uso de scripts Python e processamento em lote, ampliando a produtividade. <p>Licenciamento: Perpétua, para evitar dependência de pagamentos recorrentes e assegurando o uso contínuo sem custos adicionais.</p> <p>A substituição por outras plataformas implicaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação dos fluxos operacionais; - Treinamentos adicionais da equipe; - Risco de incompatibilidade com os arquivos legados; - Perda de produtividade e aumento do tempo de entrega de produtos técnicos. <p>O software deverá atender no mínimo as seguintes características: Resultados altamente precisos e detalhados; Fluxo de trabalho automatizado e intuitivo; Aceleração da GPU para processamento mais rápido; Processamento em rede para grandes projetos; Triangulação aérea de curto alcance; Alinhamento de imagem incremental; Geração e classificação em nuvem de pontos; Geração de ortofotomosaico; Geração de modelo digital de superfície (MDS) e geração de modelo digital de terreno (MDT); Edição da rede de triangulação irregular (TIN); Geração de curvas de nível e de curvas de superfície; Georreferenciamento usando registro de voo e/ou pontos de controle (GCP); Detecção automática de códigos e códigos não codificados; Suportar câmeras digitais/filme/vídeo e dados de equipamentos de câmera fixa; Processar imagens de câmeras quadro/fisheye/esféricas/cilíndricas; Compatibilidade com imagens digitais geradas pelas câmeras embarcadas nos principais</p>			

5	<p>drones disponíveis no mercado; Edição padrão poderosa para projetos artísticos; Compartilhamento via PDF (Portable Document Format) através da exportação de vídeo e upload direto para recursos on-line; Medições estereoscópicas para extração precisa de características; Medições de coordenadas/distância/área/volume; Processamento de imagens multiespectrais e cálculo do índice de vegetação; Reconstrução e texturização de modelos poligonais; Geração e visualização de modelos de azulejos hierárquicos; Reconstrução 4D para cenas dinâmicas; Gerar mosaico panorâmico esférico; Script incorporado em Python para automação de trabalho; Exportar os resultados em formatos digitais amplamente suportados; Suportar sistemas de coordenadas EPSG (European Petroleum Survey Group) e data(*) verticais configuráveis; Permitir a geração de modelos digitais de elevação (DEM) georreferenciado, excepcionalmente detalhados e modelos texturizados; Permitir aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Permitir a geração de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir a geração de mosaico de ortofotos georreferenciado; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aérea (RPA, VANT, Drone, etc.) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; O software deverá ter um ambiente intuitivo, de fácil manuseio e de fácil acesso às suas funcionalidades; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Permitir gerar ortofotos georreferenciadas de alta resolução (até 5 cm de precisão com GCP), DEMs excepcionalmente detalhados e modelos texturizados. O fluxo de trabalho totalmente automatizado deverá permitir inclusive a um não especialista processar imagens aéreas em um computador para produzir dados fotogramétricos de classe profissional; Permitir a realização de aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Gerar de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aéreas (RPA, VANT, Drone) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Possibilitar importação e exportação de dados geolocalizados nos formatos SHP (ESRI Shapefile), DNG (Digital Negative Image File), DXF (Drawing Exchange Format File), etc.; Suportar processamento em lote (Batch Processing) e à execução de scripts; Permitir o processamento de imagens com ou sem dados de geolocalização; No caso de imagens com geolocalização, deverá ser suficiente a indicação de dados posicionais obtidos a partir de GPS acoplado ao instrumento sensor (câmera) ou obtidos por instrumento externo; Processar imagens geolocalizadas, mesmo sem o fornecimento de parâmetros IMU (inertial measurement units), sem alteração importante dos resultados; Permitir o uso de pontos de controle (GCP ou Ground Control Points), dando suporte à importação e criação por edição, possibilitando a execução de ajustes posicionais, resultado em maior acurácia espacial dos dados e modelos gerados; Gerar relatórios de qualidade/acurácia espacial dos dados e modelos, além de funcionalidades que permite o ajuste; Permitir processar imagens tomadas de qualquer tipo de câmera (ex. compactas, DSLR, câmeras de grande formato, captura de vídeo, etc.) com o uso de qualquer lente (ex. olho de peixe), obtidas a partir das mais diferentes plataformas (ex. terrestre, drones, helicópteros, aviões); Apresentar opção de configuração e ajuste de características da imagem, considerando informações do instrumento que a obteve (ex. características do modelo da câmera, lente utilizada, distância focal, etc.), posicionamento (latitude, longitude, altitude, sistema de coordenada), dentre outras informações eventualmente necessárias à boa obtenção de modelos especializados a partir de imagens ou que venham a aperfeiçoar os resultados; Ter a capacidade de processar imagens obtidas a partir de diferentes tipos de sensores (ex. RGB, NIR, RedEdge, Thermal) entre outros; Oferecer suporte ao gerenciamento/processamento de diferentes bandas de uma imagem, no caso de imagens geradas a partir de sensores multiespectrais; Permitir a geração de diferentes produtos a partir de dados primários (imagens aéreas múltiplas, GCPs), como mapas e modelos em 3D e 2D; Gerar modelos de superfície e de terreno (DTM/DSM/DEM), ortomosaicos, malhas texturizadas, nuvens de ponto e modelos de objetos em 3D (ex. prédios, construções) georreferenciados; Apresentar etapas prévias prioritariamente automáticas para a elaboração dos produtos gerados, a exemplo da identificação automática de pontos comuns entre as imagens (Match Points); Permitir a obtenção da localização de um ponto no espaço (coordenada x, y, z); Efetuar medidas de dimensões de uma feição e de distância entre feições, medida de área de uma feição, medida de volume de objetos determinados; Possibilitar a extração de curvas de nível; Permitir a observação do modelo a partir de diferentes ângulos de visada; Permitir navegação dinâmica ao longo do modelo gerado e produção de animações; Possibilitar o processamento de dados espectrais, sendo capaz de gerar valores de refletância e índices espectrais a partir dos dados obtidos pelos respectivos sensores; Apresentar ambiente para a finalização e exportação de produtos; Permitir modo de processamento rápido com resultados de menor acurácia, com o objetivo de verificação em campo; Permitir modo de processamento aperfeiçoado, processamento com máxima capacidade do software a ser executado no escritório.</p> <p>GARANTIA: Garantia de no mínimo 12 meses de suporte técnico e atualizações gratuitas.</p>	Und.	94 Hardware		
Valor Total Estimado					

Boa Vista – RR, 00 de xxxxxxxx de 2026.

VALIDADE DA PROPOSTA:
PRAZO DE GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO: Conforme descrito no subitem 5.3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:
FONE(S):

Proponente

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROCESSO Nº 18301.006139/2025.02

Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, no INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - ITERAIMA, localizado na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1861, Bairro Trinta e um de Março, CEP: 69.305-294, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representada por seu(ua) Presidente, o(a) Sr.(a) _____, juntamente com o pregoeiro, Sr.(a) _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços, na forma da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025, e aplicando subsidiariamente a Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e das demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro: _____, _____, (Estado), Telefone: _____, Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____, vencedora e adjudicatária da licitação supramencionada, neste ato representada por seu representante legal ou procurador, conforme documento comprobatório, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar preço dos bens discriminados na Cláusula Primeira, que serão fornecidos em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

Empresas:

Ord.	Empresa Classificada	Item(ns)	Vr. Total do(s) Item(ns)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de equipamentos de geotecnologia compreendendo (Conjunto de Receptor GNSS (Tecnologia RTK) e Software; Drone com Sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT Modelo asa Fixa e Software; e Licenças Perpetuas de Software Especializado em Processamento Fotogramétrico)**, especificado(s) no Termo de Referência, **ANEXO I**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

Item	Especificação	Und.	Qtd.	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

1.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como ANEXO desta Ata.

1.1.2. A listagem deve obedecer a ordem prevista no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

1.2. São Órgãos participantes deste Registro de Preços;

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
1.	INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - ITERAIMA

1.3. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante:

Item	Qtd.	Total
1	5	
2	10	
3	20	
4	10	
5	20	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, bem como, os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor, e

2.1.4. os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos que aderirem à quaisquer das atas da Administração Pública, submeter-se-ão às regras e procedimentos previsto neste decreto, excluindo-se a aplicação de qualquer outro normativo.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do subitem 2.1 desta cláusula.

2.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão

exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o subitem 2.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. É permitida a adesão às atas de Registro de Preço (ARP) de órgãos municipais, desde que realizado procedimento licitatório e contratação direta em municípios com 10 (dez) mil habitantes ou mais, obrigatoriamente.

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da proposta (art. 23 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025).

3.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

3.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar **1 (um)** exercício financeiro.

3.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o subitem anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o subitem 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **no edital**; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na **cláusula oitava**.

3.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Havendo a desclassificação da proposta ou inabilitação de licitantes no decorrer do certame, estes não poderão compor o cadastro reserva, uma vez que já teve sua proposta desclassificada ou foi inabilitado.

CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

4.1. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez, por igual período**, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

4.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no subitem 4.1, observado o disposto no subitem 3.4.3, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

4.4.1. Convocar os licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada conforme Art. 22 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

4.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

4.7. A regra prevista no subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, **nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.**

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos seguintes termos:

5.1.3.1. O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previsto no instrumento convocatório ou equivalente, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, nos termos do inciso LVIII, do art. 6º e do § 7º e inciso I do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.1.3.2. A repactuação compreende a atualização da remuneração para serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, nos termos do inciso LIX do art. 6º e do inciso II do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso os fornecedores que não aceitarem reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista na cláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 29 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na **cláusula oitava**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Não comprovada existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula oitava, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.3.2 desta cláusula, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025.

6.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitens 6.3 e 6.3.1 desta cláusula, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no **art. 33 do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025**.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do subitem 7.3 desta cláusula, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no **artigo 28, § 2º, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025**; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do **artigos 27, § 3º e 28, § 4º, ambos do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025**.

8.4.3.1. Havendo cancelamento do registro de preços do fornecedor, com consequente cancelamento da homologação do certame SRP, poderá a Autoridade Competente decidir pelo retorno de fase do pregão com aceitação de propostas, observada a ordem de classificação.

8.4.4. Haverá nova ata de registro de preços oriunda do procedimento previsto no subitem 8.1.4.1. desta cláusula;

8.4.5. O novo registro de preços estará subordinado ao prazo de duração remanescente, conforme estabelecido na ata originária, e será limitado ao quantitativo do objeto remanescente no momento do cancelamento do registro de preços ao novo beneficiário vencedor do retorno de fases da licitação;

8.4.6. Os contratos provenientes da ata de registro de preços originária produzirão seus efeitos jurídicos e legais, sejam esses oriundos de órgãos participantes ou oriundos de adesões, cabendo a cada contratante a manutenção ou não do contrato vigente

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital**.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (**art. 6º, inc. XII, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025**), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (**art. 7º, inc. IX, do Decreto nº 37.424-E, de 19/03/2025**).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no subitem 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO (Anexo I) deste edital**.

10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrem da utilização da presente Ata de Registro de Preços será o da comarca de Boa Vista/RR.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente do ITERAIMA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
XXX nome da empresa XXX

ANEXO - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Und. (se exigida no edital)	Qtd. Máxima	Qtd. Mínima	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____
PROCESSO Nº 18301.006139/2025.02

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GEOTECNOLOGIA COMPREENDENDO (CONJUNTO DE RECEPTOR GNSS (TECNOLOGIA RTK) E SOFTWARE; DRONE COM SENSOR LIDAR E SOFTWARE; DRONE MULTIMOTOR; VANT MODELO ASA FIXA E SOFTWARE; E LICENÇAS PERPETUAS DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROCESSAMENTO FOTOGRAMÉTRICO), QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DO (A)E

O Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 84.040.427/0001-03, com sede na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1861, Bairro Trinta e um de Março, CEP: 69.305-294, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº de de de 20...., publicada no DOE/RR de de de portador(a) da Matrícula Funcional nº doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº .../... , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento aquisição de equipamentos de geotecnologia compreendendo (Conjunto de Receptor GNSS (Tecnologia RTK) e Software; Drone com Sensor LIDAR e Software; Drone Multimotor; VANT Modelo asa Fixa e Software; e Licenças Perpetuas de Software Especializado em Processamento Fotogramétrico), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	CONJUNTO DE RECEPTOR GNSS (TECNOLOGIA RTK), CONTENDO: Equipamento: 06 Receptor GNSS; 04 Coletoras; 03 tripes; 03 Bases; 03 adaptador com prumo; 04 bastões altura min = 2,20m; 04 suportes para coletora de dados Universal; 12 baterias recarregáveis (exclusivo para modelos com bateria removível); 06 carregadores duplo de bateria (exclusivo para modelos com bateria removível); Incluso: Treinamento; Garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. Modelo de Referência: Receptores GNSS Trimble RTK R12 com coletor TSC5 Justificativa: O modelo de referência Trimble R12 com coletor TSC5 é indicado por apresentar alta precisão em tempo real (RTK) e por incorporar a tecnologia exclusiva Trimble ProPoint, que oferece melhor desempenho em ambientes com obstruções, sombreamento de satélites e multitrajeto – condições recorrentes nas atividades de georreferenciamento de imóveis rurais realizadas pelo ITERAIMA. A escolha também está fundamentada na interoperabilidade com os demais equipamentos e softwares já utilizados pelo Instituto, permitindo a manutenção da rastreabilidade, continuidade e padronização da base de dados geoespaciais sem necessidade de conversão ou adaptação de arquivos. O coletor TSC5, por sua vez, é compatível com o ecossistema Trimble e oferece interface amigável, robustez e processamento adequado ao uso de campo intensivo. - A aquisição de modelos de outras marcas implicaria em: - Perda de compatibilidade com o acervo já					

1	<p>consolidado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de novos softwares e licenças; - Treinamentos técnicos adicionais; - Perda de produtividade e risco de falhas no processamento e compatibilização de dados. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>O receptor deverá, possuir tecnologia RTK (Posicionamento cinemático em tempo real (RTK)), Tecnologia de posicionamento para melhoria em exatidão e produtividade em condições adversas de GNSS/ Captação de sinais de dupla frequência a partir das constelações GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou / GLONASS L1, L2 / GPS mínimo GPS L1C/A, L2C L5; GLONASS L1C/A, L2C/A; BeiDou B1, B2A; Galileo E1, E5a / Deve possibilitar o posicionamento com precisão em tempo real via Ntrip e também via RTPPP (posicionamento por ponto preciso em tempo real) / o Receptor deve possuir as seguintes modalidades mínimas de comunicação de Tecnologia Bluetooth Integrada para V 4.2 e Possuir no mínimo a saída USB / Resiste a uma queda de 1,2 m / Incerteza de inclinação horizontal de bastão adicional tipicamente inferior a 10 mm + 0,7 mm/” inclinação / Deve ser a prova d’água e poeira / Taxa de posicionamento de 1 a 10 Hz.</p> <p>Coletora: possuir rastreamento de satélites: GPS/BDS/Glonass/Galileo / O sistema deverá vir acompanhado de um coletor de dados com sistema operacional Android 10 ou superior / memória mínima: 32 g ou superior, e mínimo de 3 g de RAM, comunicação Wi-fi, bluetooth, teclado alfa numérico.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>		Und.	01 Hardware		
	<p>CONJUNTO DE SOFTWARES:</p> <p>04 Licenças para coletora;</p> <p>03 Licenças de pós - processamento;</p> <p>Licença de Uso de Software de Coleta de Dados Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Coleta de dados, do mesmo fabricante dos Receptores GNSS, garantindo assim a total compatibilidade do sistema.</p> <p>Licença de Uso de Software de pós-processamento e tratamento de dados: Deve ser fornecida Licença de Uso de Software de Pós Processamento de dados compatível com o equipamento, o sistema deve rodar em computadores pessoais de 32-bit ou 64-bit – nas plataformas Windows , Que no mesmo software seja possível, importar dados, realizar configurações, pós-processar dados, realizar ajustamento de redes, visualizar graficamente todos os pontos, linhas e áreas coletadas em campo e exportar dados para outros formatos, O mesmo software deve possibilitar futuros upgrades para adquirir novas funções, de acordo com as necessidades do órgão, como por exemplo, trabalhar com nuvens densas de pontos e também fotogrametria.</p>		Und.	01 Software		
	<p>DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Controle Inteligente;</p> <p>01 Carregador USB;</p> <p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Bateria Inteligente W;</p> <p>01 Hélice (sentido horário);</p> <p>01 Hélice (sentido anti-horário);</p> <p>02 Trem de pouso;</p> <p>01 Cobertura sobressalente do pino (par);</p> <p>02 Suporte da hélice sobressalente;</p> <p>04 Amortecedor do estabilizador sobressalente;</p> <p>01 Cabo USB (com duas entradas A);</p> <p>01 Placa de calibração do sistema visual ;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Cabo de segurança do Controle Inteligente ;</p> <p>01 Cobertura de borracha da porta (conjunto);</p> <p>01 Parafusos e ferramentas;</p> <p>01 Estação para bateria;</p> <p>01 Par de Hélice</p> <p>01 Estação inteligente de carregamento;</p> <p>01 Receptor de Sinais Base GNSS D-RTK;</p> <p>01 Tripé para Base D-RTK</p> <p>01 Câmera L2.</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p>					

2	<p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>Drone Matrice 350 RTK com sensor lidar L2</p> <p>Justificativa:</p> <p>A indicação do modelo Matrice 350 RTK com sensor Lidar L2 como referência atende à necessidade de modernização tecnológica do Instituto, sendo essencial para execução de levantamentos aerofotogramétricos de alta densidade e precisão em áreas de difícil acesso, como glebas rurais isoladas e zonas de vegetação densa.</p> <p>A solução oferece integração entre aerofotogrametria e escaneamento a laser (Lidar), com correção RTK em tempo real, permitindo produtividade elevada, coleta em voo único e resultados compatíveis com os softwares e receptores GNSS já utilizados pelo Instituto.</p> <p>A utilização deste modelo garante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compatibilidade plena com os fluxos técnicos do ITERAIMA; - Interoperabilidade com dados geoespaciais existentes, sem necessidade de conversão; - Eficiência logística e técnica, com redução de tempo de campo e custos de operação. <p>A substituição por outras marcas implicaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade de dados; - Necessidade de novos softwares e treinamentos; - Risco de comprometimento da rastreabilidade e padronização dos dados fundiários. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Dimensões mínima: 810x670x430 mm (CxLxA) / 430x420x430 mm (CxLxA) (Dobrável); Distância diagonal entre eixos: 895 milímetros; Precisão de posicionamento RTK : 1 cm + 1 ppm (horizontal)/ 1,5 cm + 1 ppm (vertical) /1 cm + 1 ppm (horizontal); Velocidade máx: Modo S: 23 m/s Modo P: 17 m/s ; Resistência máx. ao vento: 12 m/s; Tempo máximo de voo: 55 min; GNSS: GPS + GLONASS + BeiDou + Galileo; Controle remoto: Frequência de funcionamento: 2,4000-2,4835 GHz 5,725 a 5,850 GHz / Bateria integrada: Tipo: bateria de íons de lítio (6500 mAh a 7,2 V; Bateria de voo: 5880 mAh / Voltagem : 44,76 V /Tipo de bateria: Ion de lítio; Sistema Visual: Alcance de detecção de obstáculos Frontal/traseiro/esquerdo/direito: 0,7 a 40 m Superior/inferior: 0,6 a 30 m /; Câmera: Câmera FPV de visão noturna; Deve permitir mapeamento com RGB; Transmissão de vídeo: Sistema de transmissão de vídeo, 4 antenas de transmissão de vídeo, 2T4R Distância máxima de transmissão (desobstruída, livre de interferências) - 20 km (FCC) - 8 km (CE/SRRC/MIC) Distância máxima de transmissão (com interferência) - Baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0-0,5 km - Baixa interferência e obstruída por árvores: aprox. 0,5-3 km - Interferência Forte e Desobstruída: paisagem urbana, aprox. 1,5-3 km - Média Interferência e Desobstruída: paisagem suburbana, aprox. 3-9 km - Baixa interferência e desobstruída: subúrbio/litoral, aprox. 9-20 km ; Câmera FPV Resolução: 1080p Campo de visão: 142° Taxa de quadros: 30 fps; Sensor Lidar Zenmuse L2 Dimensões: 155x128x176 mm (CxLxA); Lidar: Precisão de alcance (RMS 1σ): 2 cm a 150 m Medido em um ambiente de 25° C (77° F) com um objeto com 80% de refletividade a uma distância de 150 m. O ambiente real pode ser diferente do ambiente de teste; Comprimento de onda do laser: 905 nm Tamanho do ponto do laser: Horizontal 4 cm, vertical 12 cm a 100 m (FWHM) Frequência de emissão de pulso de laser: Câmera de mapeamento RGB Sensor: 4/3 CMOS, pixels efetivos: 20 MP Lente: FOV - Formato 84° Equivalente: 24 mm - Abertura: f/2.8- f/11 - Pontos de foco: Sistema de detecção infravermelha Faixa de detecção de obstáculos: 0,1- 8m campo de visão: 30°.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teoria e prática) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>					
	<p>Software Integrado ao DRONE COM SENSOR LIDAR:</p> <p>Software:</p> <p>01 Licença perpétua para construção de modelos 3D</p> <p>Software: O software deve apresentar módulo para classificação de linhas de transmissão, com as seguintes características: - Classificar automaticamente nuvens de pontos de linhas/torres de energia; - Notificar todos os pontos de perigo que possam afetar a estrutura da linha; - Possibilitar a realização de análises de linhas de energia em tempo real; - Estabelecer bibliotecas de amostra de algoritmos de classificação baseados no aprendizado de máquina (Machine Learning), possibilitando classificar toda a extensão da linha baseada em uma pequena amostra; - Reproduzir o terreno, as formas de relevo e os recursos do solo no corredor da linha de transmissão com precisão e eficácia; - Possibilitar o gerenciamento dos dados de forma unificada e combinada com procedimentos operacionais relevantes da linha de transmissão para análise da travessia, barreiras de árvores, geologia, etc.</p>	Und.	02 Hardware			
		Und.	02 Software			

<p>DRONE MULTIMOTOR</p> <p>Componentes:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado a hélice;</p> <p>01 Módulo RTK para drone multiMotor;</p> <p>01 Tripé para base D-RTK;</p> <p>02 <u>Conjunto</u> com 3 baterias e um Hub de 3 slots;</p> <p>01 controle com tela integrada;</p> <p>01 Cabo de energia;</p> <p>01 Cabo USB-C;</p> <p>01 Cabo USB-C - USB-C;</p> <p>01 Par de Hélices;</p> <p>01 Chave de fenda;</p> <p>01 Maleta de armazenamento;</p> <p>01 Guia de Início rápido (PT);</p> <p>01 Manual</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>DJI Mavic 3 Enterprise RTK</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo DJI Mavic 3 Enterprise RTK é indicado como referência por apresentar características técnicas que garantem alta precisão geoespacial, portabilidade, tempo de voo superior a 40 minutos e integração com tecnologia RTK embarcada, possibilitando levantamentos topográficos de alta resolução sem a necessidade de pontos de controle em solo (GCPs) em diversas aplicações fundiárias.</p> <p>Sua adoção atende a critérios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eficiência operacional em campo; - Compatibilidade com fluxos de dados e softwares utilizados pelo ITERAIMA; - Agilidade nos levantamentos em áreas extensas e de difícil acesso, com custo reduzido por operação. <p>Além disso, o Mavic 3 Enterprise é amplamente consolidado no mercado nacional, com assistência técnica autorizada no Brasil, disponibilidade de peças e suporte, o que favorece a manutenção da continuidade operacional e a reposição célere em caso de avarias. O equipamento também é compatível com o software DJI Terra, entre outros sistemas de pós-processamento de uso institucional.</p> <p>A eventual aquisição de modelos de outras marcas resultaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade com os equipamentos GNSS e softwares de geoprocessamento já em uso; - Retrabalho na conversão de dados e reconfiguração de rotinas técnicas; - Necessidade de treinamentos adicionais e perda de produtividade da equipe técnica; - Potencial quebra de padronização da base de dados geoespacial. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Módulo RTK: Interface: Deve ser do mesmo fabricante e adequado ao modelo da aeronave; USB-C; Potência: Aproximadamente 1,2 W; Precisão de posicionamento RTK: RTK Fixo: Horizontal: 1 cm + 1 ppm; Vertical: 1,5 cm + 1 ppm; ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE: Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); ESTAÇÃO BASE RTK COM TRIPE : Deve ser do mesmo fabricante da aeronave Bandas: GPS L1 C/A, L2, L5 / BEIDOU: B1, B2, B3 / GLONASS: F1, F2 / Galileo: E1, E5A, E5B; Precisão RTK: Horizontal[1] cm+ 1 ppm(RMS) / Vertical[2] cm+ 1 ppm(RMS); CONTROLE: BATERIA: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCoO2; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; CARREGADOR: Entrada: 100 a 240 V (energia CA); 50 a 60 Hz; 2,5 A; Potência de saída: 100 W; Saída: Potência de entrada máxima 100 W (total); Deve possuir velocidade máxima de voo de 15/s; Tempo de voo de no mínimo de 45 minutos; Câmera: possuir sensor: Pixels efetivos: 12 MP, Formato equivalente: 162 mm Abertura: f/4.4 Foco: 3 m a ∞, Alcance ISO 100-6400, Formato de vídeo MP4 (MPEG-4 AVC/H.264), Resolução de vídeo H.264 4K: 3840x2160 a 30 fps FHD: 1920x1080 a 30 fps, 4K: 130 Mbps FHD: 70 Mbps; Transmissão de vídeo: Qualidade da transmissão ao vivo: Controle remoto: 1080p/30 fps; Frequência de funcionamento: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE: 8 km; SRRC: 8 km; MIC: 8 km; Distância máxima de transmissão (com obstruções): Interferência forte (por exemplo, edifícios densos, áreas residenciais): 1,5 a 3 km (FCC/CE/SRRC/MIC); Interferência média (áreas suburbanas, cidades, parques, etc): 3 a 9 km (FCC), 3 a 6 km (CE/SRRC/MIC); Interferência baixa (espaços ar ao livre, áreas remotas, etc): 9 a 15 km (FCC), 6 a 8 km (CE/SRRC/MIC); Velocidade máxima de download: 15 MB/s; Latência: Aproximadamente 200 ms; Antena:</p>			<p>Und.</p> <p>04 Hardware</p>		
---	--	--	--------------------------------	--	--

	<p>4 antenas; Potência de transmissão (EIRP): 2,4 GHz; Controle: Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências): FCC: 15 km; CE/SRRC/MIC: 8 km; Frequência de funcionamento de transmissão de vídeo: 2,4000 - 2,4835 GHz; 5,725 a 5,850 GHz; Antena: 4 antenas; Potência do transmissor de vídeo (EIRP): 2,4 GHz; Bateria: Capacidade: 5.000 mAh; Tensão padrão: 15,4 V; Tensão máxima de carregamento: 17,6 V; Tipo: LiPo 4S; Sistema químico: LiCoO2; Energia: 77 Wh; Peso: 335,5 g; Temperatura de carregamento: 5° a 40 °C; Softwer integrado.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas, (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: O prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>				
4	<p>VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>COMPONENTES:</p> <p>01 Veículo aéreo não tripulado;</p> <p>01 carregador (Carrega/descarrega 1 Bateria);</p> <p>01 rádio USB 2.4 Ghz para estação de controle;</p> <p>02 baterias;</p> <p>01 mochila compacta;</p> <p>02 hélices extras;</p> <p>01 kit com 10 elásticos para hélice;</p> <p>01 tubo pitot sobressalente;</p> <p>01 Cabo USB</p> <p>01 Câmera com kit de integração</p> <p>Incluso:</p> <p>Treinamento;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de Referência:</p> <p>Drone senseFly eBee X PPK/RTK</p> <p>Justificativa:</p> <p>O modelo senseFly eBee X PPK/RTK é indicado como referência por se tratar de um sistema de asa fixa de alta performance, ideal para MAPEAMENTO DE GRANDES ÁREAS, com autonomia de voo superior a 60 minutos, capacidade de cobertura de mais de 400 ha por voo e sensores intercambiáveis de alta resolução. A tecnologia PPK/RTK embarcada permite levantamentos com precisão centimétrica, reduzindo a dependência de pontos de controle em solo (GCPs) e aumentando a eficiência na coleta de dados geoespaciais.</p> <p>A escolha deste modelo se justifica pelos seguintes fatores técnicos e operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interoperabilidade plena com softwares e receptores GNSS já utilizados pelo ITERAIMA; - Padronização de fluxo de trabalho técnico, evitando retrabalhos e conversões de dados; - Alta produtividade operacional, sendo especialmente útil em regiões de difícil acesso e com demanda de grandes áreas contínuas; - Compatibilidade com softwares, como Pix4Dmapper e Agisoft Metashape, otimizando o tempo de processamento. - A eventual substituição por equipamentos de outras marcas poderia ocasionar: - Incompatibilidades com bancos de dados geoespaciais já estruturados; - Necessidade de treinamento específico em novas plataformas; - Perda da rastreabilidade das medições fundiárias; - Aumento de custos operacionais e risco de ineficiência na gestão fundiária. <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Equipamento portátil, de fácil montagem sem o uso de ferramentas; Lançamento totalmente manual, sem a utilização de outros acessórios como catapultas para lançamento ou similar; Capacidade de realizar voo totalmente autônomo, desde a decolagem até o pouso, seguindo um plano de voo pré-definido em software de controle de voo; Deve acompanhar uma câmera RGB (red/green/blue), com resolução de 20 MegaPixels ou superior; A câmera e o sensor devem ser, obrigatoriamente, do mesmo fabricante do equipamento, garantindo assim a total compatibilidade do sistema, além de garantir que ela tenha sido desenvolvida para a aplicação desejada; A câmera deve permitir georreferenciamento automática de cada imagem em voo; Autonomia mínima de 45 minutos de voo por bateria em condições normais especificadas pelo fabricante; Asas destacáveis; Possuir motor elétrico; Possuir velocidade de cruzeiro de 40 a 110 km/h; Deve possuir sistema de navegação por GPS integrado e sensor de movimentos nos 3 eixos; Possuir habilitação emissão da matrícula e CAER (Certificado de Aeronavegabilidade Especial para RPA); Envergadura máxima de 120 centímetros. Resistência a ventos de até 46 Km/h;</p>	Und.	02 Hardware		

<p>Possuir tubo Pitot para medição de velocidade do vento e pressão; Possuir sensor para medição de altura que detecte o solo a distâncias inferiores a 30 metros; Deve ser capaz de realizar pousos com aproximação linear, com as seguintes características: Deve ser capaz de determinar a direção e velocidade do vento automaticamente; Deve permitir a configuração prévia de diferentes direções (opções) de pouso, sendo que o equipamento deverá escolher automaticamente a opção mais próxima da direção oposta à direção do vento, e pousar de forma automática; Deve possuir piloto automático integrado; Deve possuir rádio que transmita informações de voo em tempo real para controle em terra: nível de bateria em porcentagem e voltagem, distância do ponto de pouso, tempo de voo, tempo estipulado para retornar ao ponto de pouso, posição no mapa com coordenadas, nível do link de rádio, velocidade e direção do vento, horizonte virtual; dentre outros; Deve vir habilitado para trabalhar com posicionamento em tempo real RTK (real time kinematic) e também PPK (post processed kinematic). A precisão absoluta com RTK/PPK ativado deve ser de no mínimo de 2,5 centímetros. Realizar pouso de emergência caso detecte sinais de GPS fraco; Não serão aceitos equipamentos que para atender as solicitações técnicas do Edital, necessitem alterar peças ou placas, evitando assim dúvidas sobre as configurações do equipamento, assim como não serão aceitos equipamentos e softwares que necessitem de customizações ou adaptações para atenderem a presente especificação técnica. Também não serão aceitos protótipos, ou seja, na data do pregão e na data de entrega dos itens e softwares, os mesmos modelos ofertados no presente pregão devem fazer parte do portfólio de produtos do(s) fabricante(s), estando estes mesmos modelos em linha de produção. Equipamentos que já estejam descontinuados pelo fabricante também não serão aceitos; A Empresa deve indicar Centro de Serviço Autorizado no Brasil; Todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema conforme descrito acima deverão vir acompanhados de 01 manual em mídia de CD ou DVD.</p> <p>TREINAMENTO: Treinamento (teórico e prático) em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades dos equipamentos e softwares, sem custo adicional, com duração mínima de 72 horas (três dias).</p> <p>A Contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 equipamento próprio para treinamento da equipe técnica do ITERAIMA.</p> <p>GARANTIA: prazo de garantia para os itens ofertados não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do fornecimento.</p>					
<p>Software Integrado ao VANT MODELO ASA FIXA:</p> <p>01 licença de software perpétua para planejamento e monitoramento de voo.</p> <p>Quanto as características do Software: (Deve permitir a importação de arquivos KML Gerar plano de voo a partir do KML automaticamente; monitoramento em tempo real, informações de altitude, status de bateria)</p>		Und.	02 Software		
<p>LICENÇAS DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROCESSAMENTO FOTOGRAMÉTRICO:</p> <p>Modelo de Referência: Agisoft Metashape Professional Edition</p> <p>Justificativa:</p> <p>A escolha do modelo Agisoft Metashape Professional Edition como referência justifica-se pela necessidade de continuidade dos fluxos técnicos de processamento fotogramétrico de imagens obtidas por VANTs (drones), essenciais para a execução de atividades de georreferenciamento, regularização fundiária e planejamento territorial no ITERAIMA.</p> <p>O software é amplamente consolidado no mercado, sendo uma das plataformas mais robustas e estáveis para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estimativa de atividade item; - Geração de ortomosaicos georreferenciados; - Modelos digitais de elevação (MDE e MDT); - Nuvens de pontos densas; - Malhas texturizadas e curvas de nível de alta precisão. <p>Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integra-se plenamente aos sensores e drones utilizados pelo Instituto, como os modelos senseFly eBee X, DJI Mavic 3 - Enterprise e Matrice 350 RTK; - É compatível com sistemas GIS amplamente utilizados (QGIS, ArcGIS); - Permite automação de processos, uso de scripts Python e processamento em lote, ampliando a produtividade. <p>Licenciamento: Perpétua, para evitar dependência de pagamentos recorrentes e assegurando o uso contínuo sem custos adicionais.</p> <p>A substituição por outras plataformas implicaria em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação dos fluxos operacionais; - Treinamentos adicionais da equipe; - Risco de incompatibilidade com os arquivos legados; - Perda de produtividade e aumento do tempo de 					

entrega de produtos técnicos.

O software deverá atender no mínimo as seguintes características: Resultados altamente precisos e detalhados; Fluxo de trabalho automatizado e intuitivo; Aceleração da GPU para processamento mais rápido; Processamento em rede para grandes projetos; Triangulação aérea de curto alcance; Alinhamento de imagem incremental; Geração e classificação em nuvem de pontos; Geração de ortofotomosaico; Geração de modelo digital de superfície (MDS) e geração de modelo digital de terreno (MDT); Edição da rede de triangulação irregular (TIN); Geração de curvas de nível e de curvas de superfície; Georreferenciamento usando registro de voo e/ou pontos de controle (GCP); Detecção automática de códigos e códigos não codificados; Suportar câmeras digitais/filme/vídeo e dados de equipamentos de câmera fixa; Processar imagens de câmeras quadro/fisheye/esféricas/cilíndricas; Compatibilidade com imagens digitais geradas pelas câmeras embarcadas nos principais drones disponíveis no mercado; Edição padrão poderosa para projetos artísticos; Compartilhamento via PDF (Portable Document Format) através da exportação de vídeo e upload direto para recursos on-line; Medições estereoscópicas para extração precisa de características; Medições de coordenadas/distância/área/volume; Processamento de imagens multiespectrais e cálculo do índice de vegetação; Reconstrução e texturização de modelos poligonais; Geração e visualização de modelos de azulejos hierárquicos; Reconstrução 4D para cenas dinâmicas; Gerar mosaico panorâmico esférico; Script incorporado em Python para automação de trabalho; Exportar os resultados em formatos digitais amplamente suportados; Suportar sistemas de coordenadas EPSG (European Petroleum Survey Group) e data(*) verticais configuráveis; Permitir a geração de modelos digitais de elevação (DEM) georreferenciado, excepcionalmente detalhados e modelos texturizados; Permitir aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Permitir a geração de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir a geração de mosaico de ortofotos georreferenciado; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aérea (RPA, VANT, Drone, etc.) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; O software deverá ter um ambiente intuitivo, de fácil manuseio e de fácil acesso às suas funcionalidades; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Permitir gerar ortofotos georreferenciadas de alta resolução (até 5 cm de precisão com GCP), DEMs excepcionalmente detalhados e modelos texturizados. O fluxo de trabalho totalmente automatizado deverá permitir inclusive a um não especialista processar imagens aéreas em um computador para produzir dados fotogramétricos de classe profissional; Permitir a realização de aerotriangulação automática com opção de refinamento por apoio de campo; Gerar de modelo poligonal (liso/texturizado); Permitir a definição do Sistema de Coordenadas; Permitir o processamento e modelagem 2D e 3D de imagens aéreas; Permitir o processamento de múltiplas imagens adquiridas a partir de plataformas aéreas (RPA, VANT, Drone) e a geração de produtos de alta qualidade a partir de funcionalidades do software; Dispor de funcionalidades capazes de gerar produtos desejados lidando de forma avançada com grande volume de informações geolocalizadas; Permitir a obtenção de dados técnicos por meio de análises fotogramétricas; Permitir a integração com outras fontes de dados geolocalizados, possibilitando a adição de novas camadas de informação (ex. linhas, polígonos, pontos) às previamente processadas pelo software; Possibilitar importação e exportação de dados geolocalizados nos formatos SHP (ESRI Shapefile), DNG (Digital Negative Image File), DXF (Drawing Exchange Format File), etc.; Suportar processamento em lote (Batch Processing) e à execução de scripts; Permitir o processamento de imagens com ou sem dados de geolocalização; No caso de imagens com geolocalização, deverá ser suficiente a indicação de dados posicionais obtidos a partir de GPS acoplado ao instrumento sensor (câmera) ou obtidos por instrumento externo; Processar imagens geolocalizadas, mesmo sem o fornecimento de parâmetros IMU (Inertial measurement units), sem alteração importante dos resultados; Permitir o uso de pontos de controle (GCP ou Ground Control Points), dando suporte à importação e criação por edição, possibilitando a execução de ajustes posicionais, resultado em maior precisão e acurácia espacial dos dados e modelos gerados; Gerar produtos de qualidade/acurácia espacial dos dados e modelos além de funcionalidades que permite o ajuste; Permitir processar imagens tomadas de qualquer tipo de câmera (ex. compactas, DSLR, câmeras de grande formato, captura de vídeo, etc.) com o uso de qualquer lente (ex. olho de peixe), obtidas a partir das mais diferentes plataformas (ex. terrestre, drones, helicópteros, aviões); Apresentar opção de configuração e ajuste de características da imagem, considerando informações do instrumento que a obteve (ex. características do modelo da câmera, lente utilizada, distância focal, etc.); posicionamento (latitude, longitude, altitude, sistema de coordenada), dentre outras informações eventualmente necessárias à boa

Und.

04 Hardware

obtenção de modelos especializados a partir de imagens ou que venham a aperfeiçoar os resultados; Ter a capacidade de processar imagens obtidas a partir de diferentes tipos de sensores (ex. RGB, NIR, RedEdge, Thermal) entre outros; Oferecer suporte ao gerenciamento/processamento de diferentes bandas de uma imagem, no caso de imagens geradas a partir de sensores multiespectrais; Permitir a geração de diferentes produtos a partir de dados primários (imagens aéreas múltiplas, GCPs), como mapas e modelos em 3D e 2D; Gerar modelos de superfície e de terreno (DTM/DSM/DEM); ortomosaicos, malhas texturizadas, nuvens de ponto e modelos de objetos em 3D (ex. prédios, construções) georreferenciados; Apresentar etapas prévias prioritariamente automáticas para a elaboração dos produtos gerados, a exemplo da identificação automática de pontos comuns entre as imagens (Match Points); Permitir a obtenção da localização de um ponto no espaço (coordenada x, y, z); Efetuar medidas de dimensões de uma feição e de distância entre feições, medida de área de uma feição, medida de volume de objetos determinados; Possibilitar a extração de curvas de nível; Permitir a observação do modelo a partir de diferentes ângulos de visada; Permitir navegação dinâmica ao longo do modelo gerado e produção de animações; Possibilitar o processamento de dados espectrais, sendo capaz de gerar valores de refletância e índices espectrais a partir dos dados obtidos pelos respectivos sensores; Apresentar ambiente para a finalização e exportação de produtos; Permitir modo de processamento rápido com resultados de menor acurácia, com o objetivo de verificação em campo; Permitir modo de processamento aperfeiçoado, processamento com máxima capacidade do software a ser executado no escritório.					
GARANTIA: Garantia de no mínimo 12 meses de suporte técnico e atualizações gratuitas.					

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O Termo de Referência deve ser entregue ao Contratado como anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato deve observar o exercício financeiro e a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme prevê o art. 105 da Lei 14.133/21, iniciando-se a partir da data da última assinatura;
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme previsão do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento, garantia e assistência técnica do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇO E PAGAMENTO

- 5.1. Preço
- 5.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.2. Pagamento
- 5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (DD/MM/AAAA)..
- 6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº14.133, de 2021;
- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.9.1. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, do art.137, da Lei nº14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 8.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Como condição para assinatura do Contrato:

- 9.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, deverá apresentar garantia no valor de R\$
(.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 9.2. As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas

neste Contrato.

9.3. A garantia deverá ser apresentada no seguinte prazo:

I - nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até (.....) dias após assinatura do contrato;

II - no caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até (.....) dias, a contar da publicação da decisão homologatória do certame licitatório, em atenção ao disposto no artigo 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.5. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.8. deste termo.

9.7. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita e contemplar todos os eventos indicados no subitem 9.9, observada a legislação que rege a matéria.

9.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil S/A, com correção monetária.

9.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de até (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

9.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

9.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

9.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - **Multa**:

a) moratória de 0,5% a 15% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 0,5% a 15% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a **150 (cento e cinquenta) dias** úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 15% a 30% (trinta por cento) do valor sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Estadual nº 1.025, de 12 de janeiro de 2016.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 18301

II – Programa de Trabalho:

III – Elemento de Despesa: 44.90.52

IV – Fonte de Recursos:

13.2. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação foi emitida Nota de Empenho nº _____, em ____/____/____, tipo _____, no valor de _____.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista - RR, data constante no sistema.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ionilson Sampaio de Souza**, **Presidente**, em 29/05/2026, às 10:21, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22670442** e o código CRC **A675EF42**.

Avenida Capitão Júlio Bezerra, 1861 - Trinta e Um de Março - Boa Vista/RR -
CEP: 69.305-294
- <https://iteraima.rr.gov.br>

18301.006139/2025.02

22670442v1